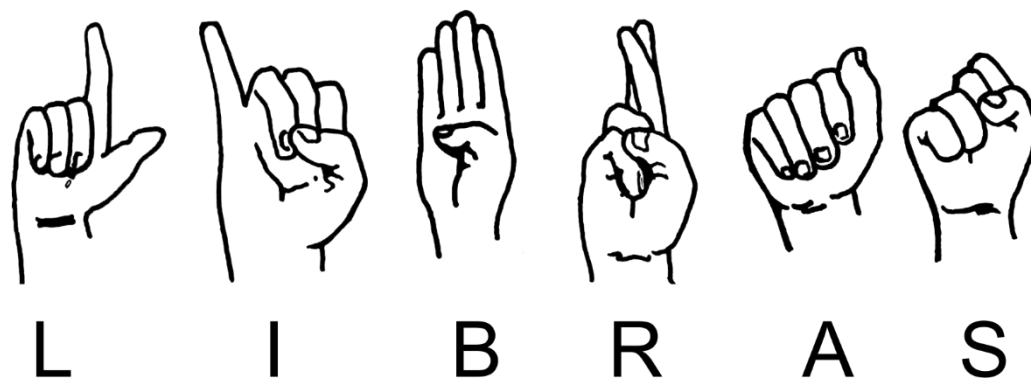




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LIBRAS
SEGUNDA LICENCIATURA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – TERESINA-PI
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR / UFPI

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-LIBRAS
SEGUNDA HABILITAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras LIBRAS, do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, da Universidade Federal do Piauí, do Campus Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-PI, a ser implementado em 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**

REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dra. Maria do Socorro Leal Lopes

COORDENAÇÃO DE CURRÍCULO/PREG

Prof^a. Dra. Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho

**COORDENADORA INSTITUCIONAL DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR / UFPI**

Prof^a. Ms. Maria da Glória Duarte Ferro Silva

**COMISSÃO DE ADAPTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS-
LIBRAS PARA O PARFOR / UFPI**

Prof^a Dr^a Érica Rodrigues Fontes

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS–LIBRAS – PARFOR / UFPI

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras – LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

ÁREA: Ciências Humanas e Letras

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 02 (dois) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras – LIBRAS

REGIME LETIVO: Semestral

TURNOS DE OFERTA: Diurno

VAGAS AUTORIZADAS: 45 vagas anuais

FORMA DE INGRESSO: Via processo seletivo através da Plataforma Freire

CARGA HORÁRIA:

Disciplinas: 1.125 (Um mil, cento e vinte e cinco horas)

TCC: 60 (Sessenta horas)

Estágio Obrigatório: 210 (Duzentas e dez horas)

TOTAL: 1.395 (Um mil, trezentas e noventa e cinco horas)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	08
1. BREVE HISTÓRICO DA UFPI.....	08
1.1. Princípios da Organização da Estrutura	11
1.2. Histórico do Curso de Letras e suas Concepções	12
1.2. Considerações sobre o percurso deste Projeto Pedagógico.....	15
2 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS.....	19
3 PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO DE LETRAS – LIBRAS	21
3.1 Opções Teóricas	22
3.2 Opções Metodológicas.....	23
3.2.1. Material didático específico	23
3.3 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais	25
3.4 Princípios.....	25
4. PROPOSTA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES.....	27
4.1 Público-alvo.....	27
4.2 Objetivos.....	27
4.2.1 Objetivos Gerais.....	27
4.2.2 Objetivos Específicos	27
4.3. Perfil do graduado.....	28
4.4 Campo de atuação.....	31
4.5 Competências.....	31
4.6 Organização da Proposta Curricular.....	32
4.7 O Fluxo Curricular e sua Dinâmica.....	34
4.7.1 Relações de Disciplinas Optativas	36
4.7.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS	37
4.7.3 Prática como Componente Curricular.....	38

4.7.4 Disciplinas com Carga Horária de Prática como Componente Curricular..	43
4.7.5 Ementas das Disciplinas.....	44
4.7.6 Estágio Obrigatório.....	72
4.7.7 Trabalho de Conclusão de Curso.....	80
4.8 Orientações Acadêmicas.....	81
4.9 Coordenação Pedagógica do Curso.....	81
4.10 Processo de Avaliação	82
4.10.1 Avaliação Institucional.....	82
4.10.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI.....	84
4.10.3 Desenvolvimento Metodológico.....	85
4.10.3.1 Contextualização do Objeto de Avaliação	85
4.10.4 A Avaliação do curso de Letras – LIBRAS.....	85
4.10.4.1 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Letras – LIBRAS.....	86
4.11 O Processo de Ensino e Aprendizagem.....	87
4.12 Condições de Implementação.....	89
4.12.1 Processo Seletivo.....	91
4.12.2 Duração.....	91
4.12.3 Carga Horária.....	91
4.12.4 Estrutura Curricular.....	91
4.12.5 Material Didático Específico.....	91
4.12.6 Infraestrutura.....	91
4.12.7 Estrutura Pedagógica e Administrativa.....	92
4.12.8 Corpo Docente.....	95
Bibliografia.....	98

APRESENTAÇÃO

O Plano nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR, no âmbito da UFPI, considerando os desafios da Educação Superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, propõe a implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Brasileira de Sinais, doravante Letras-LIBRAS.

Os Cursos de Letras da Universidade Federal do Piauí foram fundamentados numa perspectiva histórico-cultural, com o objetivo de construir uma visão de língua mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários, concebendo a linguagem como um ato ou prática social. Atualmente, este Departamento oferece as seguintes modalidades Letras-Língua Portuguesa e Literaturas; Línguas Portuguesa e Francesa e Literaturas; e Língua Inglesa e Literaturas. Diante da necessidade de prepararmos professores para uma sociedade mais inclusiva, acredita-se que devemos também oferecer o Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem este curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam sempre articulando a teoria à prática, de acordo com as novas diretrizes da educação nacional.

1. BREVE HISTÓRICO DA UFPI

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1968. Originou-se da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário

Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 209, em 22 de dezembro de 1969.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto 72.140 de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC nº 453, de 30/05/78, publicado no DOU de 02/06/78, Portaria MEC nº 180, de 05/02/93, publicada no DOU nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à LDBE/1996 foi autorizada pela Res. CONSUN nº 15/99, de 25/03/99 e Parecer nº 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC nº 1.225, de 30/07/99, publicada no DOU nº 147-E, de 03/08/99.

O Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBE/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. De 1971 a 2005 a UFPI trabalhou apenas com ensino presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), após concorrer à Chamada Pública do Edital nº. 01 de 20 de dezembro de 2005, como objetivos oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendam às necessidades sócio-econômicas de cada região e; administrar as atividades técnicas administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo funcionamento do CEAD. Inicialmente, foi criado o curso Bacharelado

em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EAD, tendo sido criadas oito novas graduações. A partir de 2006, após a adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o qual tem por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, de forma a consubstanciar Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Lei nº 10.172/2001), quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) Cursos, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos Campi ou mesmo de turno.

Em observância à política de inclusão social, a UFPI destinou 20% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas.

Para o ensino EaD foram oferecidas em 2009 um total de 3.050 (três mil e cinquenta) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, ministrados através do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), tanto na sede dos Campi como em outros municípios, perfazendo 31 (trinta e um) Pólos situados em 31 (trinta e um) diferentes cidades do Estado do Piauí. Para ingresso nos cursos de Pós-Graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de educação básica (ensino

médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Agrícolas de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde sua fundação, a Instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da Universidade, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que aquela Fundação constatou o crescimento expressivo do trabalho, o que possibilitou, durante a vigência do PDI 2005-2009, a implantação de mais do que o dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

1.2. Princípios de Organização da Estrutura

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios:

“a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças

individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa”¹.

A observância destes princípios é regida pelas seguintes normas:

- As Unidades de ensino são órgãos, simultaneamente, de ensino, pesquisa e extensão nos respectivos campos de estudo;
- O ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada área pertinente;

Existem Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para seus corpos docentes, discentes e administrativos.

1.2. Histórico do Curso de Letras e suas Concepções

“A história do Curso de Letras, no Piauí, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura [em 29 de maio de 1957²], órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina” [que] “objetivava, dentre outras atividades, à instalação de cursos de Ensino Superior no Estado, [de modo que], em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí, em 16 de junho de 1957” (RÊGO e MAGALHÃES, 1991, p. 17).

A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

- a) Envio, por seu primeiro diretor, prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957 (outro seu diretor foi, por impedimento do titular, o professor Raimundo José Airemores Soares);
- b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;
- c) Autorização, via Decreto nº. 43.402, de 18 de fevereiro de 1968, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade, cujo conhecimento à sua

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010 -2014**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

Diretoria se deu por telegrama do diretor de Ensino Superior do MEC, em 24 de março de 1957;

d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;

e) INSTALAÇÃO OFICIAL DA FAFI, em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;

f) INÍCIO DAS ATIVIDADES DA FACULDADE (cujos professores, aliás voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: LETRAS NEOLATINAS, Filosofia e Geografia/História, sendo que, nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;

g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;

h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual “alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas” (RÊGO e MAGALHÃES, 1991, p. 21);

i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, fez com que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as em Inglês e em Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;

j) RECONHECIMENTO dos cursos criados pela FAFI em 1958 se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;

k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;

- l) TRANSFERÊNCIA legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no CCHL --- Centro de Ciências Humanas e Letras, do Departamento de Letras;
- m) TRANSFERÊNCIA efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;
- n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, o Curso de Licenciatura em Letras ficou sob a gestão do Departamento de Letras, órgão acadêmico-administrativo até hoje integrante do CCHL --- Centro de Ciências Humanas e Letras, cujo primeiro chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão, tendo as atividades iniciadas em 1973, com habilitação apenas em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Outros momentos históricos do Curso de Letras, já na UFPI, foram, em ordem cronológica:

- a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;
- b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CEPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;
- c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;
- e) Previsão, na nova proposta pedagógico-curricular, da implantação da modalidade em Espanhol e literatura correspondente;
- f) Previsão da implantação da modalidade Letras-LIBRAS.

O atual Curso de Graduação em Licenciatura em Letras da UFPI tem, à disposição do alunado, já para escolha no exame pré-vestibular, a oferta das seguintes modalidades:

- a) Língua Portuguesa e Literaturas na língua correspondente;
- b) Língua Inglesa e Literatura correspondente;
- c) Línguas Portuguesa e Francesa e Literaturas correspondentes.

1.3. Considerações sobre o percurso deste Projeto Pedagógico

Nessa trajetória histórica, antes relatada, percebe-se que a UFPI ainda não está atendendo a uma grande demanda social que envolve a formação de professores de Letras-LIBRAS. Essa demanda se justifica por vários fatores, tais como a população de surdos no Estado do Piauí² e a dificuldade de seu acesso à Educação Básica formal, e, principalmente, ao Ensino Superior.

O Curso Licenciatura em Letras-LIBRAS é uma proposição para atender às demandas impostas pela inclusão dos surdos na educação e à inclusão da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e Fonoaudiologia, conforme previsto no decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a respeito da formação de professores para o ensino de Letras-LIBRAS em séries finais do Ensino Fundamental e Médio e da demanda social, além de garantir a acessibilidade, conforme previsto na Lei nº 10.048 e seu decreto 5.296, de 2 de dezembro do 2004.

As reflexões que norteiam a construção deste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras- LIBRAS partem também da observação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e os atos normativos dela originados, especialmente os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica e, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação, de formação de professores da Educação Básica em nível superior”, e a CNE/CP nº 2, de

² Segundo o Censo do IBGE de 2010, no Piauí, a porcentagem de portadores de deficiências é bem elevada, com mais de 140.000 deficientes auditivos (http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=censodemog2010_defic). Segundo o site de notícias piauiense 180 graus (01.10.2010 - <http://180graus.com/geral/95-dos-surdos-do-piaui-sao-analfabetos-26706.html>), 95% dos surdos do Piauí são analfabetos, entre outros motivos, por não terem acesso à educação formal. Na mesma edição do site de notícias, encontramos que a estimativa de surdos cursando o ensino superior no Piauí seria, àquela data, de menos de dez pessoas.

19 de fevereiro de 2002, que estabelece a “duração de carga horária dos cursos de licenciatura plena”.

O primeiro Plano Pedagógico do Curso de Letras-LIBRAS, aprovado em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução Nº212/12, em 2014 passou por algumas reformulações necessárias para atender melhor à demanda do Curso de Letras-LIBRAS.

Para isso, foram feitas algumas alterações de ordem textual, como o nome do Curso que passou de Licenciatura Plena em Letras-LIBRAS para Licenciatura em Letras-LIBRAS, assim como o item que trata da infraestrutura do curso, em que foi feita a inclusão da quantidade de salas necessárias e o perfil do docente de Letras-LIBRAS, a forma de ingresso que passou de ENEM para Vestibular Bilíngue (exceto do primeiro ano), assim como houve o acréscimo do Breve Histórico da UFPI em que foi incluso o subitem “Princípios”, perfil do graduado, alterações no público alvo e no campo de atuação do graduado em Letras-LIBRAS, além do prazo mínimo para conclusão do curso que passou de 5 (cinco) para 4 (quatro) anos.

O PPC do Curso de Letras-LIBRAS, nesta nova versão reformulada, também apresenta a redução das vagas ofertadas pelo curso que passam de 50 (cinquenta) para 30 (trinta) vagas com entrada anual. Além de alterações na estrutura curricular, como supressão de algumas disciplinas, a exemplo das disciplinas do primeiro semestre Inglês Instrumental básico, Francês Instrumental básico, Língua Latina; no 4º período as disciplinas Formação e Evolução da Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Didática e Educação de Surdos, estas últimas transformaram-se em disciplinas com ementas equivalentes, como Introdução à Literatura Portuguesa e Didática Geral respectivamente; no 5º período houve a eliminação da disciplina Linguística de Texto; no 7º período eliminou-se Leitura e Produção de Texto II, no mesmo período foi retirada uma disciplina Optativa II.

Algumas disciplinas permaneceram com a mesma ementa, mas houve modificação no nome, como no 3º período a disciplina de Fonética e Fonologia que passou a ser Fonética e Fonologia da LIBRAS; as disciplinas Morfologia e Sintaxe passaram a ser única sob o nome de Morfologia e sintaxe, alterando a carga horária de 60h para 90h; Metodologia do ensino de LIBRAS passou a ser Metodologia de Ensino de Letras-LIBRAS; A disciplina Semântica transforma-se em Semântica e Pragmática; ao nome de Tradução e

Interpretação da Língua de Sinais é acrescentado o número I; Trabalho de conclusão de Curso I passa a ser Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II passa a ser Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II; e à disciplina Teoria da Literatura, acrescentou-se o numeral I.

Outras disciplinas tiveram o nível alterado na estrutura curricular, como Filosofia da Educação (2º para o 1º período); Linguística I (movida para 2º período); Psicologia da Educação (do 3º para o 2º período); Teoria da Literatura I (2º para 3º período); Literatura Nacional I e Teorias da Aquisição da Linguagem (do 4º para o 5º período); Literatura Nacional II, Escrita de Sinais I, Optativa I (5º para 6º período); Literatura Surda (6º para 8º período); Escrita de Sinais II (6º para 7º período); Metodologia do Ensino de Letras-LIBRAS (4º para 6º período); Análise do Discurso (8º para 7º período); Avaliação da aprendizagem (8º para 4º período); Literatura Surda (6º para 8º período).

Foram acrescentadas as disciplinas: Didática Geral (3º período); Linguística Aplicada I (4º período); Ética e educação (5º período); Produção de Materiais Didáticos em LIBRAS e Literatura Nacional III (7º período); Optativa II, Literatura Nacional IV e Sociolinguística (8º período), esta era optativa e entrou como obrigatória.

A disciplina Educação de Surdos e Novas Tecnologias entrou para a lista de optativas. Todas as disciplinas optativas aumentaram a carga horária de 45h para 60h. Além disso foram retiradas as disciplinas Literatura Brasileira Contemporânea, Literatura Nacional: Autores Piauienses, Literatura e Filosofia, Literatura e Cinema, Leitura Dramática de Textos Literários, Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores, Oficina de Material Didático em Língua Brasileira de Sinais, Crítica Literária Feminista, Relações étnico-raciais, gênero e diversidade, Fundamentos de Linguagem, Ensino e Tecnologia, Aquisição da Língua Brasileira de Sinais como Segunda Língua, História da Leitura e da Escrita, Leitura e Produção de Textos Criativos, Pragmática, Psicolinguística.

Transformaram-se em obrigatórias as disciplinas Sociolinguística e Introdução aos Estudos da Tradução. Foram acrescentadas as seguintes disciplinas: Conversação Intercultural, Corporalidade e Escrita, Estudos Surdos II, Sinais Internacionais, Teoria da Literatura II, Literatura Piauiense, Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II, LIBRAS Acadêmica, Educação de Surdos e Novas Tecnologias, Ensino de Português como Língua

Estrangeira. Além disso permanecem as seguintes disciplinas: Linguística Aplicada II, Linguística II, Literatura Infanto-Juvenil, Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Educação Ambiental.

Todas essas mudanças foram registradas e modificadas no fluxograma do Curso.

No item que trata das disciplinas com carga horária prática foram retiradas da lista as disciplinas: Inglês Instrumental Básico ou Francês Instrumental Básico, Leitura e Produção de Texto I, Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas, Linguística I, Teoria da Literatura, Didática e Educação de Surdos, Teorias de Aquisição da Linguagem, Teoria da Literatura, Didática e Educação de Surdos, Teorias de Aquisição da Linguagem, Fonética e Fonologia, Morfologia, Literatura Nacional I, Sintaxe, Literatura Nacional II, Linguística do Texto, Semântica.

Foram acrescentadas à lista a disciplina Legislação e Organização da Educação Básica, Didática Geral, Avaliação da Aprendizagem, Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I, Literatura Surda, Produção de Materiais Didáticos em Libras, Sociolinguística. Além da mudança de carga horária prática nas disciplinas (15h para 30h) Língua Brasileira de Sinais I, Língua Brasileira de Sinais II, Língua Brasileira de Sinais III, Língua Brasileira de Sinais IV, Escrita de Sinais I, Metodologia do Ensino de Letras-Libras, Escrita de Sinais II. Desse modo a carga horária total passou de 405 para 420h.

Sendo assim, este curso tem como objetivo principal formar professores de Letras-LIBRAS e profissionais que possam atuar como tradutores e intérpretes de LIBRAS, tendo como incentivo para a implantação do curso uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, por meio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que estimula a implementação de Cursos de Licenciatura em Letras-LIBRAS nas IES nos próximos anos, de forma a efetivar as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas – ONU, aprovado no Brasil com valor de emenda constitucional.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL E INSTITUCIONAL DO CURSO DE LETRAS - LIBRAS

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras –LIBRAS³, do Departamento de Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, constitui-se de uma base formada por conhecimentos linguísticos e culturais que se inter-relacionam com o fenômeno educativo, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar o futuro professor de LIBRAS e Literaturas com novas formas de intervenções pela aplicação de novas ferramentas metodológicas.

A implantação do Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS visa a, em primeiro lugar, contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente, no qual não se admite a exclusão de pessoas com necessidades específicas, tais como deficiências auditivas. Com base nesse princípio norteador, o curso atenderá à carência de profissionais habilitados em ensino de Letras-LIBRAS, cômnicos que seu papel de professores de línguas passa também pela possibilidade de garantir a acessibilidade e comunicação entre pessoas com deficiência auditiva usuárias de LIBRAS e falantes de língua portuguesa, abrindo portas para que deficientes auditivos tenham os mesmos direitos que quaisquer outros cidadãos.

Os egressos deste curso de Letras preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal, estadual e particular de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do Ensino Superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da Universidade Federal do Piauí.

³ Este Projeto Pedagógico foi elaborado a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Letras LIBRAS da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de 2008, cedido, gentilmente, por professores do curso.

O Curso de Letras-LIBRAS está fundamentado numa perspectiva histórico-cultural, tendo como eixo articulador a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de língua (oralizada, sinalizada e/ou mediatizada) mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários, concebendo a linguagem como um ato ou prática social.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o currículo deste curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, sempre articulando a teoria à prática.

A implantação do curso de Letras-LIBRAS representará mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do Estado, que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Letras no tocante à importância da formação de professores de Letras-LIBRAS como uma ferramenta que possibilite ao aluno aumentar sua autopercepção como ser humano e como cidadão.

Com efeito, o Curso de Letras assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, em especial, da sociedade piauiense, cujos índices de analfabetismo são alarmantes (vide os dados obtidos por intermédio da secretaria de educação e do IBGE⁴, em que a região Nordeste tem o maior percentual, 29.4%, de população iletrada) e a população de deficientes auditivos muito alta (conforme dados anteriormente citados e também divulgados pelo IBGE). Acredita-se que a formação de professores de Letras-LIBRAS, cômicos da importância de oferecer oportunidades de comunicabilidade e de desenvolvimento acadêmico e profissional para deficientes auditivos, pode auxiliar a reduzir esses dados tão alarmantes, ao oferecer caminhos para que os alunos desenvolvam suas habilidades linguísticas, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que sua visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o curso de Letras-LIBRAS poderá ajudar a formar cidadãos mais conscientes e aptos a

⁴ Os dados podem ser localizados em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi>>. Acesso em setembro de 2012.

lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textos e pessoas.

Dessa maneira, um letramento básico bem sedimentado permitirá suplantar a carência de mão-de-obra qualificada para as mais diversas áreas de atuação profissional. Isso posto, torna-se irretorquível o caráter estratégico do curso de Letras e a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área.

A formação de professores e outros profissionais de LIBRAS têm demonstrado resultados satisfatórios nas experiências existentes em outras universidades federais e responde a uma crescente demanda pela educação e acessibilidade através do ensino superior.

3. PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO DE LETRAS - LIBRAS

As opções teórico-metodológicas deste curso seguem as seguintes diretrizes:

- trabalho pedagógico com foco na formação de professores, mediado pelas manifestações culturais, fundamentado na realidade educativa da escola e na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento profissional, como forma de favorecer a gestão democrática no exercício da docência;
- sólida formação teórico-metodológica, em todas as atividades curriculares, permitindo a construção da autonomia docente;
- pesquisa, a fim de permitir apreciar consistentemente todas as dimensões educacionais, investigando o cotidiano escolar e social;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão e com programas de pós-graduação;
- desenvolvimento de habilidades linguístico-comunicativas, tendo a relação dialética professor/aluno como norteadora do trabalho pedagógico.

Os princípios que sustentarão a formação e o perfil do Licenciado em Letras-LIBRAS são demarcados pelas seguintes opções teórico-metodológicas.

3.1 Opções teóricas

Estas opções são delimitadas pelas dimensões epistemológicas e profissionalizantes:

- dimensão epistemológica: refere-se à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas voltadas à aprendizagem de conteúdos linguísticos, culturais e literários, a fim de oferecer subsídios aos alunos para se tornarem professores de Letras-LIBRAS no Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- dimensão profissionalizante: diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer docente em todas as suas dimensões, inclusive ética e política.

Tendo em vista essas duas dimensões, o currículo do Curso de Letras-LIBRAS sustenta-se em dois grandes eixos de estudos, a saber:

- Eixo de Estudos Linguísticos, Culturais e Literários, relacionado ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos, culturais e literários devem fundar-se na percepção das línguas e das literaturas como práticas sociais e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos professores de línguas, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.
- Eixo de Estudos de Formação de Professores de Letras-LIBRAS do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que diz respeito à compreensão do processo de ensino-aprendizagem em contextos diversos.

3.2 Opções metodológicas

Compreendendo que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do

conhecimento se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de alunos menos favorecidos economicamente presente na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor desta alunos.

3.2.1. Material didático específico

O material impresso deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora, para que, além dos momentos em sala de aula, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento.

Esse material será produzido pelo professor autor e traduzido/interpretado pela equipe responsável para esse fim, adotando um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

O conteúdo-base é um material impresso-digital apresentado nas versões em Português e LIBRAS para complementar a formação do alunado. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada disciplina. Esse material poderá ser disponibilizado também em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através, por exemplo, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA.

Nesse ambiente, o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, com a presença virtual ou não do professor. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina também poderá acrescentar materiais complementares para acesso aos alunos, tais como: “links” para acesso à página ou outro material. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos para o Ambiente Virtual, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

O Ambiente Virtual visa a oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem do curso de Letras-LIBRAS: Licenciatura. Nele, poderão ser depositados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, teleaula etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, esse espaço pode tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

As mídias utilizadas para o público alvo descrito, como foi anteriormente explicitado, serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, professores, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o aluno deverá ter à disposição um laboratório de informática equipado, ambiente que terá computadores conectados à Internet, acessando todos os recursos oferecidos por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tais como fórum, e-mail e *chat*.

A UFPI também deverá dispor de um Laboratório de Línguas possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica.

Ressalta-se que todo o material didático, seja impresso ou virtual, deve passar por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

3.3 Previsão de atendimento a estudantes portadores de necessidades especiais

Em virtude do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o Curso de Letras-LIBRAS promoverá ao estudante portador de necessidades especiais atendimento apropriado conforme sua necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos portadores de necessidades especiais aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

3.4. Princípios

Nos últimos anos, as políticas educacionais brasileiras passaram por um conjunto de reformas que colocou em destaque as propostas curriculares de formação docente. Uma série de regulamentações no âmbito do legislativo⁵, intensificadas no período de 1999 a 2001, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, objetiva garantir a qualidade da formação docente, com o objetivo de promover a melhora do sistema educacional público no País.

Assim, claramente, os documentos ministeriais expõem a necessidade de cursos de formação de professores a fim de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experienciais da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações vivenciadas na docência. Para isso, as disciplinas pedagógicas que constituem o Currículo da proposta do Curso de Letras-LIBRAS trazem conhecimentos das ciências humanas que se inter-relacionam com o fenômeno educativo e aspectos teórico-metodológicos relacionados ao fazer docente.

Os princípios do currículo do curso de Letras-LIBRAS são decorrentes das dimensões epistemológicas e metodológicas do curso, que privilegiam uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

⁵ Brasil. Referenciais para a Formação de Professores – RFP. MEC/SEF, 1999; o Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior – PECNS (Brasil, MEC, 2000) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – DCN (Brasil, MEC/CNE, 2001).

A adoção desses princípios implica uma dinâmica curricular com a incorporação no processo de formação acadêmica do desenvolvimento da autonomia e da compreensão de que a aprendizagem de línguas ocorre através de troca de experiências. Propõe-se que os alunos realizem atividades de produção textual, nas quais interajam com seus colegas e professores de diversas maneiras.

4. PROPOSTA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES

4.1 Público-alvo

Interessados em Letras-LIBRAS, que possuam Ensino Médio completo e tenham interesse em lecionar ou atuar no mercado de trabalho como tradutores, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.

4.2 Objetivos

4.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do curso de Letras-LIBRAS é formar professores interculturalmente competentes, com espírito crítico e científico, aptos para o magistério bilíngue, conscientes da necessidade de buscar sua formação continuamente e desejosos de participar ativamente do aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais nas escolas de Educação Básica.

4.2.2 Objetivos Específicos

- a. Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de Letras - LIBRAS no Ensino Fundamental e no Médio.
- b. Promover e difundir conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura, fomentando a capacitação do futuro professor enquanto profissional competente, crítico e participativo.
- c. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de Letras-LIBRAS compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.

- d. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- e. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- f. Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- g. Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa.
- h. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

4.3 Perfil do Graduado

O aluno graduado em Letras-LIBRAS será apto a exercer a docência nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme está previsto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo III, Art. 4º, gerido nas concepções atuais da educação e dos Estudos Surdos. Destarte, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Letras-LIBRAS, de acordo com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área de Letras e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, presume-se o seguinte perfil desse profissional:

- Conhecimento e domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de Letras;
- Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;

- Domínio das metodologias de ensino-aprendizagem concentradas para o ensino de LIBRAS como L1 e L2;
- Aptidão para atuar em escolas e centros das redes pública e/ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- Capacidade de trabalhar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Formação humanística, teórica e prática;
- Posicionamento investigativo importante para o processo continuado de construção do saber na área;
- Habilidade de pautar-se em valores da educação multicultural que permitam a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Domínio dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- Aptidão crítica de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;
- Disposição para analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- Habilidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Conhecimento seguro e profundo da língua brasileira de sinais, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adaptação dos conteúdos para os diversos níveis de ensino;
- Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- Aptidão para refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem.

De acordo com os objetivos propostos para o Curso, o docente formado em Letras - LIBRAS deve ter domínio do uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais.

O licenciado em Letras-LIBRAS deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a operar interdisciplinarmente como facilitador de conhecimentos, em áreas afins, exibindo a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Sendo assim, o profissional deve ser capaz de se aprofundar na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica.

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras⁶, o graduado em Letras deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada, estejam aptos a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Os profissionais de Letras deverão, ainda, estar compromissados com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

⁶ BRASIL. 2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2008.

Desta forma, desses profissionais, espera-se também a capacidade de (re) construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade. Sabemos que esse processo de (re) construção pode e deverá se desenvolver no decorrer do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, pois é essencial que se estenda por meio da formação continuada.

4.4 Campo de atuação

Apresentando uma base formativa que articula ensino, pesquisa e extensão relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da Língua Brasileira de Sinais e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado estão mais diretamente voltados para a atuação como professor de Letras-LIBRAS nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, seja na docência da sua área de competência ou na gestão do trabalho educativo, nos domínios público e privado, bem como em instituições especializadas no ensino de LIBRAS ou na educação de surdos, tais como federações, associações e centros de Atendimento Educacional Especializado.

Além dessas possibilidades, é da competência do profissional atuar como dinamizador de programas de formação continuada, na revisão de materiais produzidos em LIBRAS, no desenvolvimento e na análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais como L1 e L2 e sua(s) respectiva(s) literatura(s), na elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, na assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

4.5 Competências

Visando à formação de profissionais que demandem o domínio das línguas estudadas e suas culturas para atuar, possivelmente, como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras-LIBRAS deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- a. domínio do uso da língua brasileira de sinais, nas suas manifestações oral, gestualizada e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- b. reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- c. visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- d. preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- e. percepção de diferentes contextos interculturais;
- f. utilização dos recursos da informática;
- g. domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- h. domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Observando o que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras estabelecem, no curso de Letras-LIBRAS, os futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a LIBRAS, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas ao ser professor.

4.6 Organização da Proposta Curricular

O Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS tem como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios.

Desta forma, o curso foi organizado a partir de duas grandes áreas:

- Eixo de Estudos Linguísticos, Literários e Culturais;
- Eixo de Estudos de Formação de Professores de Letras-LIBRAS do Ensino Fundamental e Ensino Médio;

Nesta perspectiva, estes dois Eixos são essenciais ao Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam de forma que, em cada uma, o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações.

O Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS tem sua integralização proposta em 3.090 horas/aula, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96) e pela Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras, permitindo a diplomação dos estudantes, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de quatro anos.

A organização curricular deste curso terá a seguinte estrutura:

- Organização em eixos;
- Períodos semestrais;
- Período mínimo de duração do curso de dois anos.

Cabe destacar que os pressupostos metodológicos estão sustentados pelos seguintes argumentos:

- Oferecer uma formação interdisciplinar na medida em que trabalhará as distintas áreas de conhecimento;
- Identificar recortes teórico-metodológicos das áreas, levando-se em conta os conceitos de Autonomia, Reflexão, Investigação e Trabalho Cooperativo;

- Relacionar Teoria e Prática, Estrutura Dialógica, Interatividade, Flexibilidade, Capacidade Crítica, Inter e Transdisciplinaridade.

A dinâmica adotada para a aplicação dos módulos será a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma:

- Cada ano é composto por dois semestres. Nos quatro últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório Obrigatório.

4.7 O Fluxo Curricular e sua dinâmica

1o Período						
Núcleo	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
NE	Seminário de Introdução ao Curso	1	0	0	15	-
NC	Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	2	1	0	45	-
NC	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	3	1	0	60	-
NE	Língua Brasileira de Sinais I	2	2	0	60	-
NE	Leitura e Produção de Texto I	2	1	0	45	-
NE	Linguística I	3	1	0	60	-
NE	Teoria da Literatura I	3	1	0	60	-
Subtotal de Disciplinas		23			345	
Subtotal de Estágios		0			0	
Total		23			345	

2o Período						
Núcleo	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
NC	Fundamentos Sócio-Psicológicos da Educação	3	1	0	60	História da Ed.
NC	Avaliação da Aprendizagem	1	1	0	30	-
NC	Didática	1	1	0	30	
NE	Língua Brasileira de Sinais II	2	2	0	60	Língua Bras. de Sinais I
NE	Estudos Surdos I	3	1	0	60	-
NE	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS	3	1	0	60	-
NE	Fonética e Fonologia da LIBRAS	2	1	0	45	-
Subtotal de Disciplinas		23			345	
Subtotal de Estágios		0			0	
Total		23			345	

3o Período						
Núcleo	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
NC	Metodologia do Ensino de Libras	2	1	0	45	
NC	Escrita de Sinais I	2	2	0	60	
NE	Língua Brasileira de Sinais III	2	2	0	60	Língua Bras. de Sinais II
NE	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	2	2	0	60	
NE	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	1	1	0	30	
NC	Estágio Obrigatório I	0	0	6	90	
	Subtotal de Disciplinas	23			345	
	Subtotal de Estágios	0			0	
	Total	23			345	

4o Período						
Núcleo	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
NC	Escrita de Sinais II	2	2	0	60	
NE	Língua Brasileira de Sinais IV	2	2	0	60	Língua Bras. de Sinais III
NE	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	2	2	0	60	Trad e Interp I
NE	Produção de Materiais didáticos em Libras	1	1	0	30	-
NE	Trabalho de Conclusão de Curso II	1	1	0	30	TCC I
NC	Estágio Obrigatório II	0	0	8	120	Estágio I
	Subtotal de Disciplinas	24			360	
	Subtotal de Estágios	0			0	
	Total	24			360	

Carga Horária Total do Curso

Modalidades	Nº. de horas/aula
DISCIPLINAS	1.125
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	210
TCC	60
TOTAL	1.395

4.7.1 Relação de disciplinas optativas

Optativas						
Núcleo	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
NE	Conversação Intercultural	2	2	0	60	-
NE	Corporalidade e Escrita	3	1	0	60	-
NE	Estudos Surdos II	3	1	0	60	-
NE	Sinais Internacionais	3	1	0	60	-
NE	Linguística Aplicada	3	1	0	60	-
NE	Linguística II	3	1	0	60	-
NE	Teoria da Literatura II	3	1	0	60	-
NE	Literatura Piauiense	3	1	0	60	-
NE	Literatura Infanto-Juvenil	3	1	0	60	-
NE	Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	3	1	0	60	-
NE	LIBRAS Acadêmica	3	1	0	60	-
NE	Educação de Surdos e Novas Tecnologias	3	1	0	60	-
NC	Educação Ambiental	3	1	0	60	-
NE	Ensino de Português como Língua Estrangeira	3	1	0	60	-

4.7.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS

1º período	2º período	3º período	4º período
Seminário de Introdução ao Curso 15h 1.0.0	Estudos Surdos 60 h 3.1.0	Escrita de Sinais I 60 h 2.2.0	Escrita de Sinais II 60 h 3.1.0
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas 45h 2.2.0	Fundamentos Sócio- Psicológicos da Educação 60 h 3.1.0	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I 60 h 3.1.0	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II 60 h 3.1.0
Fundamentos Histórico- Filosóficos da Educação 60h 3.1.0	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS 60 h 3.1.0	Metodologia do Ensino de LIBRAS 45h 2.1.0	Produção de Materiais didáticos em LIBRAS 30h 1.1.0
Língua Brasileira de Sinais I 60h 3.1.0	Língua Brasileira de Sinais II 60 h 3.1.0	Língua Brasileira de Sinais III 60 h 2.2.0	Língua Brasileira de Sinais IV 60 h 3.1.0
Linguística I 60h 3.1.0	Avaliação da Aprendizagem 30h 1.1.0	Trabalho de Conclusão do Curso I 30h 1.1.0	Trabalho de Conclusão do Curso II 30h 1.1.0
Teoria da Literatura I 60h 3.1.0	Didática 30 h 1.1.0	Estágio Obrigatório I 90h 0.0.6	Estágio Obrigatório II 120h 0.0.8
Leitura e Produção de Textos 45h 2.1.0	Fonética e Fonologia da LIBRAS 45h 2.1.0		
345	345	345	360

Total: 1.395 horas

4.7.3 Prática como Componente Curricular

Neste projeto, julga-se necessário discriminar claramente as acepções referentes à prática de ensino ou à práxis didática. A delimitação conceitual se afigura como fundamental, em virtude de a praticidade não ser entendida estritamente como a avaliação de atuação do docente, ou aspirante a docente, em uma sala de aula. Assim praticidade para o ensino representa, em sentido lato, toda e qualquer atividade desenvolvida na condução das disciplinas que implique algum proveito para a atuação magisterial. Por conseguinte, a praticidade voltada para o ensino não se restringe, em termos curriculares, à avaliação *in loco*, em escolas da educação básica, de procedimentos relativos a qualquer espécie de aula. No Curso de Licenciatura em Letras -LIBRAS, esse entendimento de praticidade, suas técnicas e concepções conexas serão levadas a cabo quando da realização das disciplinas de estágio obrigatório e outras disciplinas pedagógicas específicas.

A praticidade, tal como aqui concebida, consubstancia-se por intermédio da produção de textos críticos relativos ao material didático da educação básica em que os profissionais de Letras atuam (prioritariamente, nas séries terminais do ensino fundamental e no ensino médio); por intermédio da produção de material didático – notas de aula, avaliações, etc – decorrente das discussões travadas em sala a respeito de temáticas específicas das disciplinas de língua e de literatura, sob um princípio de análise multiaxial, isto é, que contemple, tanto quanto possível, diversidade teórica e metodológica; por intermédio da apresentação de seminários, sob a supervisão do professor, cuja avaliação terá seus parâmetros devidamente explicitados, seus propósitos suficientemente declarados e seus objetivos, o mais possível, eficientemente operacionalizados. Em suma, a didatização das disciplinas de Letras obedece à impressão de uma concepção de pluralismo teórico-conceptual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos lingüísticos e literários e à adoção de uma concepção geral de ensino multidisciplinar e transdisciplinar. De modo mais específico, em seus modos de condução, em se tratando de língua, visa à impressão de uma orientação variacionista e, em se tratando de literatura, à impressão de uma concepção multiangular, com vistas à construção de uma cultura de pluralismo ideológico,

epistemológico e cultural, de tal sorte que o egresso reconheça, em função da compreensão do caráter plurívio do curso, as diversas oportunidades de ordem profissional. No gênero, esses são os aspectos da análise e da impressão de caráter didático às disciplinas do curso.

Há, naturalmente, embates político-acadêmicos cuja resolução não se encontra devidamente assentada. Por outras palavras, a definição geral de políticas curriculares e o enfoque teórico e didático de cada disciplina em particular são, e provavelmente sempre serão, alvo de discussão. Contudo, a eventual discordância teórica não é encarada como uma deficiência merecedora de extirpação. Esse tipo de divergência torna-se perfeitamente gerenciável e é, de fato, bem-vinda, desde que não implique prejuízo para os conteúdos indispensáveis para a construção de uma formação básica ou nuclear do aluno de Letras e desde que não implique a geração de sectarismo ideológico e acadêmico. A despeito do reconhecimento da inevitabilidade da diversidade de perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas e eventuais enfrentamentos correlatos, o entendimento predominante é de que a definição de uma diretriz – dotada, em princípio, de pluralismo teórico e metodológico – é salutar. Noutros termos, compreende-se que os alunos necessitam de uma orientação a respeito das perspectivas correntes do curso em confronto prospectivo com as oportunidades laborais uma vez que o tenham concluído. Entende-se, portanto, que o tema da definição de uma diretriz curricular, de modo consensual, não deve ser corporificado de forma rígida, vez que as disciplinas têm conteúdos em formação em virtude de novas pesquisas trazerem a lume contribuições que ora confrontam, ora corroboram o legado da tradição do pensamento Linguístico-literário.

Em suma, na espécie, a materialização ou a operacionalização do entendimento em gênero a respeito da didatização das disciplinas do currículo de Letras - LIBRAS toma corpo por meio de procedimentos fundamentais específicos, a saber: 1) avaliação crítica de material didático, em especial do livro destinado ao professor, em que há observações atinentes à condução das disciplinas de LIBRAS; 2) produção de material didático aplicável nas séries costumeiramente ministradas pelos egressos dos cursos de Letras-LIBRAS; 3) apresentação de seminários, cujo desempenho representa, de forma concreta, uma preparação para a prática pedagógica *stricto sensu*, isto é, a desenvoltura oral em conformidade com um roteiro prévio de apresentação. Naturalmente, outras técnicas de

ensino deverão ser discutidas e, em caráter eventual, experimentadas, tais como encenações, produção de jogos infanto-juvenis, etc. Porém, os pontos ressaltados acima são tidos como os mais usuais para a concepção de didatização aqui abraçada. Os procedimentos descritos supra definem, na espécie, o caráter prático do projeto curricular das habilitações de Letras.

Isso posto, convém explicitar a concepção geral relativa à formação pedagógica e sua contribuição para a sociedade em geral dos professores do curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS.

Para o mestre Paulo Freire⁷ “... *não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Essa relação homem-realidade, homem-mundo, (...) implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão*”. Assim, o homem deve ter em sua práxis os constituintes inseparáveis: **ação** e **reflexão**. Estabelecer um espaço de reflexão-ação, apresentar estratégias e recursos capazes de ajudar o homem na sua práxis, tanto individual quanto social, levando-o a “distanciar-se” do seu contexto, a fim de, assim, aproximar-se melhor deste meio histórico-social com uma perspectiva de apreciação, avaliação e transformação, constituem-se em objetivos do Curso Licenciatura em Letras - LIBRAS da Universidade Federal do Piauí, UFPI. Somos, portanto, um núcleo gerador de profissionais/cidadãos conscientes do seu papel social de agentes transformadores do real em que estão inseridos.

O curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS da UFPI objetiva formar profissionais atuantes que se configurem em professores/agentes da reflexão sistemática acerca da linguagem, em especial, em sua expressão linguística e literária. Para tal, viabilizam-se recursos, estratégias e espaços para que os seus alunos desenvolvam aptidões relevantes para serem atuantes daquela área. E, nesse sentido, assumirem-se como agenciadores de cultura, considerando a Universidade como uma casa de cultura em que os preceitos de ética e de cidadania conduzam à informação qualificada, ao conhecimento e à formação do sujeito/aluno e do sujeito/profissional, pressupondo em seu currículo, no esforço para atender às recomendações do MEC: *flexibilidade de organização dos componentes*

⁷ FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*, 23 ed., Paz e Terra, 1999, p.17.

curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios.

De acordo com as expectativas e objetivos dos órgãos competentes de ensino e da sociedade letrada, o profissional de Letras deverá possuir conhecimentos que confluem na **compreensão, à luz de diferentes teorias**, dos **fatos linguísticos e literários**; deste profissional almeja-se, também, a **organização, a expressão e a comunicação do pensamento em situações formais e em língua culta**. A par destas ressalvas, os princípios que norteiam esta proposta de curso se convergem na formação de um profissional de linguagem que esteja atento às mutações e adequações necessárias à comunicação e que conceba a língua e o conhecimento linguístico como pilares para a sua atuação pedagógico-social. Nestes pressupostos, incluem-se os entrelaces necessários à história do conhecimento, à história da língua, à história da Língua Brasileira de Sinais, Ética e Política a fim de se estabelecerem relações de sentido e relações sociais produtivas entre a Universidade e a Sociedade.

Destas argumentações, conclui-se que os direcionamentos propostos para a política pedagógica do Curso em questão ingui-se num intento de homem e de sociedade construído da reflexão-ação que, no trasladar da teoria e da práxis educativa, almeje o discernimento no exercício social de interação com os demais sujeitos culturais, conforme se constata no trecho a seguir:

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.⁸

É imprescindível, ainda, dentro de tais expectativas, que o estudante de Letras saiba analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem bem como a estrutura e o funcionamento da Língua Brasileira de Sinais. Dominar as diferentes noções de gramática, situar e descrever as concepções de sujeito,

⁸ BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**/ Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1998, pp. 58-59. (grifo nosso)

língua, texto/discurso; do mesmo modo, ter domínio ativo e crítico destas capacidades para promover as intertextualidades possíveis à língua e ao conhecimento lingüístico; compreender os fundamentos teóricos da reflexão relativa ao conhecimento literário, assim como compor um acervo de leituras canônicas da literatura universal e lusófona, com vistas a, em relação a esta última, erigir uma cultura de integração dos povos lusófonos. Com isto, espera-se que este profissional seja um produtor de saberes favorecendo o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias, o que envolve atividades de ensino, pesquisa e aplicação. Em assim sendo, em última análise, a impressão de uma concepção pluralista de ordem epistemológica, didática, linguística e literária confere um caráter aplicado ao ensino do curso em sua totalidade.

Na esteira dessa orientação geral, define-se o quadro de disciplinas que atenderá ao sujeito/aluno em nível de inteligência e à sociedade que precisa de um contínuo processo de desenvolvimento, compreendido pela elaboração de eventos internos e externos para promover uma aproximação entre a comunidade local e a Universidade, realizando o seu propósito de estender as suas produções, transformando-se num Polo de Construção e Divulgação/Popularização de Saberes.

Diante dos propósitos listados, é mister ressaltar o firmamento do entendimento de que a história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela permite a observação da história do País. Assim, acopla-se às disciplinas uma preocupação com trasladar teoria e prática; de modo a se abrirem espaços para que sejam apontados procedimentos didático-pedagógicos referentes aos conteúdos expostos. Estes procedimentos pedagógicos se diluem ao longo do curso e têm seu ponto de convergência nos estágios propostos na disciplina Prática de Ensino, cuidadosamente considerados os limites da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Preocupados com o crescente avanço tecnológico e com a demanda do mercado profissional, entendem os professores consignatários que esta Instituição almeja a formação de cidadãos que se adaptem, da forma mais ágil possível em conformidade com os preceitos da ética e da cidadania, a quaisquer mudanças em seu contexto histórico-social, dada a flexibilidade, a expressão crítica e inovadora que assumem as diversas temáticas constitutivas do curso em confronto com as mudanças de ordem

socioeconômica e cultural. Entretanto, não se desvia da função primeira de difundir conhecimentos e viabilizar ferramentas para a pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de que o tripé *ensino-pesquisa-extensão* seja uma realidade; deste modo, seu propósito fundamental é *informar e formar* com destreza. Contará, para isto, com o apoio de um acervo bibliográfico atualizado, recursos que auxiliam no fazer pedagógico como, por exemplo, materiais de informática em um laboratório específico, tudo conduzido por profissionais habilitados: equipe técnica, bibliotecários e um quadro de professores compostos por mestres e doutores, conforme citado, empenhados em desenvolver atividades de pesquisa e de incentivo à cultura. Para tal, investe-se na formação de grupos que se inspirem nos conhecimentos adquiridos e sugiram propostas de trabalho e eventos científicos – cursos de idioma e de extensão, seminários, congressos, atendimento especializado – que envolvam não só a comunidade acadêmica como também a comunidade social.

A partir desta mobilização acadêmico-social, torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania, objetivando o aprimoramento e a modificação positiva do social.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular.

4.7.4 Disciplinas com carga horária de Prática como Componente Curricular (PCC)

Núcleo	DISCIPLINA	CH
NC	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	15h
NE	Língua Brasileira de Sinais I	30h
NC	Fundamentos Sócio-Psicológicos da Educação	15h
NE	Língua Brasileira de Sinais II	30h
NC	Didática Geral	15h
NE	Língua Brasileira de Sinais III	30h
NC	Avaliação da Aprendizagem	15h

NE	Língua Brasileira de Sinais IV	30h
NE	Metodologia do Ensino de Letras-Libras	30h
NE	Escrita de Sinais I	30h
NE	Educação Bilíngue	15h
NE	Escrita de Sinais II	30h
NE	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	30h
NE	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	30h
NE	Produção de Materiais Didáticos em Libras	15h
	Total	360h

4.7.5 Ementas das disciplinas

4.7.5.1 1º SEMESTRE

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 15h	CRÉDITOS 1.0.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras-Libras. O licenciado em Letras-Libras. Instâncias do Centro de Ciências da Humanas e Letras e da UFPI e suas competências envolvidas com o Curso de Letras - Libras.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PIAUÍ, UFPI. <i>Estatuto da UFPI</i>. Teresina: Edufpi, 1999. PIAUÍ, UFPI. <i>Projeto Pedagógico do Curso de Letras-LIBRAS da UFPI</i>. Teresina: 2007. PIAUÍ, UFPI. <i>Regimento Geral da UFPI</i>. Teresina: Edufpi, 1999.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009. SIMONE, M. C. & LEMES, V.P. <i>Surdez na infância, diagnóstico e terapia</i>. Rio de Janeiro: Soluções gráficas Design Studio, 1997. SKLIAR, C. <i>A localização política da educação bilíngue para surdos</i>. In: <i>Atualidades para educação bilíngue para surdos</i>. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999. SNACHES, C. <i>Vida para os surdos</i>. Revista Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, 1993.</p>		

DISCIPLINA: Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: História da educação: principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos. Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão tecnológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professora.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ADORNO, Theodor W. <i>Educação e emancipação</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ARANHA, M. L. de A. <i>Filosofia da educação</i>. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. BRITO, I.S. <i>História da educação no Piauí</i>. Teresina: EDUFPI, 1996. BRITO, L.F. <i>Integração social e educação de surdos</i>. Rio de Janeiro : BABEL Editora, 1993 BUFFA, E; NOSELLA, P. <i>A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea</i>. São Paulo: Cortez Editora, 1991. DI GIORGI, C. <i>Escola nova</i>. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992. FARIAS FILHO, L. M. de. (Org.). <i>Pesquisa em história da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes</i>. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. FERNANDES, E. (org). <i>Surdez e bilinguismo</i>. Porto Alegre: Mediação, 2005. MOURA, Maria Cecília. <i>O surdo, caminhos para uma nova identidade</i>. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000 SKLIAR, C. <i>A localização política da educação bilíngue para surdos</i>. In: <i>Atualidades para educação bilíngue para surdos</i>. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHAUÍ, M. <i>Convite à filosofia</i>. 13. ed. São Paulo: Atica, 2003. CUNHA, M. V. <i>John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula</i>. Petrópolis (RJ), 1994. FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: Paz e Terra: 1996. GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009. GUIRALDELLI JÚNIOR, P. <i>Educação</i>. São Paulo: Cortez Editora, 1991. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. <i>500 Anos de Educação no Brasil</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. MARROU, H-I. <i>Historia da educação na antiguidade</i>. São Paulo: EPU, 1990.</p>		

NUNES, da C. (Org.) *O passado sem presente*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
 SIMONE, M. C. & LEMES, V.P. *Surdez na infância, diagnóstico e terapia*. Rio de Janeiro: Soluções gráficas Design Studio, 1997.
 SNACHES, C. *Vida para os surdos*. Revista Nova Escola. Rio de Janeiro: Abril, 1993.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte. Descrições de pessoas e cenários. Uso do corpo e do espaço para estabelecimento de referentes. Construções negativas e interrogativas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GOES, M. C. R. <i>Linguagem, surdez e educação</i>. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996. QUADROS, R. M. de <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artmed, 1997. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004. SKLIAR, C. (org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i>. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Secretaria de Educação Especial. <i>Saberes e práticas da inclusão</i>. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf> CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. <i>Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira</i>. São Paulo: Editora EDUSP, 2006. FERNANDES, Eulália. <i>Linguagem e surdez</i>. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003. HICKOK, G.; BELLUGI, U.; KLIMA, E. How does the human brain process language? New studies of deaf signers hint at an answer. Scientific American, INC, 2002. SACKS, Oliver. <i>Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos</i>. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>		

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento em Ciências Humanas: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, Maria Margarida de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação</i>. São Paulo: Atlas, 1998. BOAVENTURA, Edivaldo M. <i>Como ordenar as idéias</i>. São Paulo: Ática, 1997. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. São Paulo: Atlas, 1985.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: COSSUTA, Frédéric. <i>Elementos para a leitura dos textos filosóficos</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1994. HÜHNE, Leda M. (org). <i>Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas</i>. Rio de Janeiro: Agir, 1988. LUCKESI, Cipriano et al. <i>Fazer universidade: uma proposta metodológica</i>. São Paulo: Cortez, 1991. TRIVIÑOS, Augusto N. S. <i>Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação</i>. São Paulo: Atlas, 1987</p>		

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Textos		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Noções de linguagem, texto e discurso. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. <i>Prática de Textos: língua portuguesa para nossos estudantes</i>. Vozes, Petrópolis, 1992. FREIRE, Paulo. <i>A Importância do Ato de Ler</i>. Brasiliense, São Paulo, 1994. GARCIA, Othon M. <i>Comunicação em prosa moderna</i>. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1980.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: INFANTE, Ulisses. <i>Do texto ao texto</i>. Scipione, SP, 1991. MARTINS, Dileta Silveira e ZILBERNOP, Lúbia Seliar. <i>Leitura e Produção de Textos-Instrumental</i>. Prodil, Porto Alegre, 1979.</p>		

MARTINS, Maria Helena. *O Que é Leitura*. Brasiliense, São Paulo, 1994.
 FARACO, Carlos Alberto e MANDARIK, David. *Prática de Redação para estudantes universitários*. Vozes, Petrópolis, 1987.
 SILVA, Ezequiel Teodoro da. *O ato de ler*. Cortez, SP, 1984.

DISCIPLINA: Linguística I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: O conceito de Linguagem e língua. Origem e características das línguas naturais. Linguística como Ciência. O objeto da Linguística. Relação da Linguística com outras ciências. Contribuição de Saussure. Correntes da Linguística Moderna.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AITCHISON, Jean. <i>Introdução aos estudos linguísticos</i>. Portugal: Publicações Europa-América, 1993. BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de linguística geral I</i>. Pontes: Campinas, 1989. BORBA, Francisco da Silva. <i>Introdução aos estudos linguísticos</i>. Nacional. SP, 1984.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CÂMARA Júnior. Joaquim Mattoso. <i>Princípios de linguística geral</i>. 5. Rio: Livraria Acadêmica 1972. ILARI, Rodolfo. <i>A Linguística e o ensino da língua portuguesa</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1985. BENVENISTE, E. <i>Problemas de linguística geral II</i>. Pontes: Campinas, 1989. CABRAL, Leonor Scliar. <i>Introdução à linguística</i>. Porto Alegre: Globo, 1974. COSERIU, Eugênio. <i>Lições de linguística geral</i>. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1982.</p>		

DISCIPLINA: Teoria da Literatura I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Teoria Literária: conceito, origem, evolução e correntes. Literatura: conceito, funções e influências. Discurso: conceito, tipos, qualidades, vícios, figuras e trapos. Versificação: métrica, ritmo, rima, estrofe. Gêneros literários. Periodização literária: o tempo e o espaço, autores e obras importantes.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR E SILVA, Victor Manuel de. <i>Teoria da Literatura</i>. São Paulo: Livraria e Editora Martins Fontes, 1976. ARISTÓTELES. <i>Poética</i>. São Paulo: Abril Cultural (Pensadores Vol.II) 1979, p.241/269. AMORA, Antônio Soares. <i>Introdução à teoria literária</i>. São Paulo: Cultrix, 1973. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i>. São Paulo: Ática, 1995.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CADEMARTORI, Lúgia. *Períodos Literários*. São Paulo: Ática, série Princípios, 1995.
 CASTAGNINO, Raul H. *Que é Literatura?* São Paulo: Ed. Mestre Jou s/d.
 COUTINHO, Afrânio. *Crítica e Poética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
 _____. *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
 DAICHES, David. *Posições da crítica em face da literatura*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967. p.13/55.
 PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.
 STAIGNER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
 WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Europa América, 1971.

4.7.5.2 2º SEMESTRE

DISCIPLINA: Fundamentos Sócio-Psicológicos da Educação		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: História da Educação
<p>EMENTA: O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas; a escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas; o campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AMIRALIAN, M. L. T. <i>Psicologia do excepcional</i>. São Paulo: EP, 1996. ARON, Raymond. <i>As etapas do pensamento sociológicas</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1987. BRAGHIROLI, E. M. e outros. <i>Psicologia geral</i>. Petrópolis: Vozes, 2001. CASTORINA, J.A. et.al. <i>Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate</i>. São Paulo-SP: Ática, 1996. FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. <i>Aprender e ensinar, ensinar e aprender</i>. Porto: Afrontamento, 1996. FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza. <i>Sociologia e sociedade</i>. Rio de Janeiro: LTC. 1985. GOMES, Cândido Alberto. <i>Educação em perspectiva em sociológica</i>. São Paulo: EPU, 1985.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARÍES, P. <i>Historia social da criança e da família</i>. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, M^a de L. T. <i>Psicologia: uma introdução ao estudo de Psicologia</i>. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p>		

COLL, C.; PALACIO, J.; MARCHESI, A. (orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia e educação*. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTINHO, M.T. da C.; MOUREIRA, M. *Psicologia educacional: um estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos voltados para a educação; ênfase na abordagem construtivista* 3ª ed. Belo Horizonte - MG: Lê, 1993.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Melhoramentos, 1978

ENGUITA, Mariano F. *Trabalho, escola e ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FONTANA, R.; CRUZ, N. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

GIROUX, Henry. *Para além das teorias da reprodução: teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1983.

DAYURELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999

NOGUEIRA, MA; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (orgs.). *Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Estudos Surdos I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Língua Brasileira de Sinais I
<p>EMENTA: Histórico e noções gerais sobre surdez, aquisição de linguagem, legislação e identidade e cultura surda; Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Artefatos culturais e a língua de sinais; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na perspectiva da educação inclusiva e da educação bilíngue; Distinção dos aspectos estruturais e pragmáticos da Língua Portuguesa e da LIBRAS.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. <i>DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: libras</i>. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 2. v. ESPAÇO. Rio de Janeiro, RJ: INES, 1990. CASTRO, A. R. de; CARVALHO, I. S. de. <i>Comunicação por lingua brasileira de sinais</i>. 2. ed. Brasília: SENAC, 2005. FELIPE, T. <i>Libras em Contexto</i>. São Paulo: Edupe, 2002. QUADROS, R. M. de. <i>Estudos Surdos 1</i>. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. <i>Estudos Surdos 2</i>. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007. SKLIAR, C. (Org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i>. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		

LUNARDI, M. L. *Família e escola: uma dobradiça no processo de normalização da criança surda*. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SANCHES, C. M. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOMPSON, K. Estudos Culturais e educação no mundo contemporâneo. In: SILVEIRA, Rosa Maria. (Org.). *Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação*. Canoas: ULBRA, 2005.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Língua Brasileira de Sinais I
<p>EMENTA: Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas. A estrutura da frase na língua de sinais. Construções com aspecto, tópico, foco, negativas, interrogativas, afirmativas, com argumentos pronunciados e nulos. Atividades de prática como componente curricular e atividades aplicadas à tradução e interpretação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FERREIRA BRITO, L. <i>Por uma gramática línguas de sinais</i>. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>GOES, M. C. R. <i>Linguagem, surdez e educação</i>. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.</p> <p>QUADROS, R. M. de <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARROTEIA, J. <i>O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)</i>. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Especial. <i>Saberes e práticas da inclusão</i>. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf></p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. <i>Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira</i>. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.</p> <p>FERNANDES, Eulália. <i>Linguagem e surdez</i>. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.</p> <p>SKLIAR, C. (org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i>. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.</p>		
DISCIPLINA: Didática		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		

CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITO: Psicologia da Educação
<p>EMENTA: Fundamentos epistemológicos da Didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Educação de surdos com base na experiência visual: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante. O currículo na educação de surdos. Propostas de ensino para educação de surdos com enfoque nas experiências visuais. Didática e dinâmica na aula de/com surdos.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARREIRO, I. M.de F.; GEBRAN, R. A.. <i>Prática de ensino e estágio obrigatório na formação de professores</i>. São Paulo: Avercamp, 2006. CORDEIRO, J. <i>Didática</i>. São Paulo: Contexto, 2007. FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GIL, A. C. <i>Metodologia do ensino superior</i>. São Paulo: Atlas, 2005. MORALES, P. <i>A relação professor-aluno: o que é como se faz</i>. São Paulo: Loyola, 1999.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CASTRO, A. D. et al. <i>Ensinar a Ensinar: didática para escola fundamental e médio</i>. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001. COUTINHO, R. M. T. <i>Pedagogia do ensino superior: formação inicial e formação continuada</i>. Teresina: Editora Halley, 2007. LIBÂNEO, J. C. <i>Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos</i>. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989. MARTINS, P. L. O. (org.). <i>Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa didática e ação</i>. Curitiba: Champagnat, 2004. RIOS, T. A. <i>Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade</i>. São Paulo: Cortez, 2001.</p>		

DISCIPLINA: Fonética e Fonologia da Libras		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITO: Linguística I
<p>EMENTA: Introdução aos princípios gerais da Fonética Articulatória. Relação entre fonética e fonologia. Introdução às premissas da descrição e análise fonológica. Processos fonológicos básicos. Aspectos da fonética e da fonologia da LIBRAS, com destaque para a descrição de configurações de mão, movimento e locações.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Análise fonológica</i>. São Paulo: Mercado de Letras, 2002. SILVA, Thaís C. <i>Fonética e fonologia do português</i>. São Paulo: Contexto, 2001</p>		

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KARNOPP, L. *Diálogos Traduzidos*. Canoas: ULBRA, 2004.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SILVA, Thaís C. *Exercícios de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

LAMPRECHT, R. (Org.). *Aquisição Fonológica do Português*. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

DISCIPLINA: Morfologia e Sintaxe da Libras		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 90h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITO: Fonética e Fonologia
<p>EMENTA: Modelos de análise morfológica. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfofonológicos. Formação e classe de palavras em diversas línguas. Relação entre a morfologia das línguas orais e da LIBRAS. Teorias sintáticas com base na análise de fenômenos lingüísticos de línguas naturais. Relação entre a sintaxe das línguas orais e da LIBRAS.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i>. ArtMed: Porto Alegre, 2004. BASÍLIO, M. <i>Formação e classes de palavras no português do Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2004. CARONE, F.B. <i>Morfossintaxe</i>. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: KEHDI, V. <i>Morfemas do português</i>. São Paulo: Ática, 2001. ROCHA, L. C. <i>Estruturas Morfológicas do Português</i>. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. MACAMBIRA, J.R. <i>Português estrutural</i>. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1998. ROSA, M. C. <i>Introdução à morfologia</i>. São Paulo: Contexto, 2000. LOBATO, L. <i>Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação</i>. Belo Horizonte: Vigília, 1986.</p>		

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Didática Geral
<p>EMENTA: Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Haidt, R. C. C. <i>Avaliação do processo ensino-aprendizagem</i>. São Paulo: Editora Ática, 1994. Hoffmann, J. <i>Avaliar para promover: as setas do caminho</i>. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. Hoffmann, J. <i>Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação</i>. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Arelaro, L. R. G. ; Kruppa, S. M. P. <i>Educação de Jovens e adultos</i>. In: Oliveira, R. P. ; Adrião, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB</i>. São Paulo: Xamã, 2002. Brezenziski, I. (org.). <i>LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>. São Paulo: Cortez, 1997.</p>		

4.7.5.3 3º SEMESTRE

DISCIPLINA: Escrita de Sinais I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Língua Brasileira de Sinais IV
<p>EMENTA: Aspectos históricos, culturais, lingüísticos, educacionais e sociais de surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais: aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais e trabalho prático.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Barreto, Madson; Barreto, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i>. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012. Caovilla, Fernando César, Walkiria Duarte Raphael. <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: sinais de M a Z</i>. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p>		

FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.
KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. *Educação infantil para surdos*. In:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Brigitte. *Ecrits sur la langue des signes française*. Editora L'Harmattan, Paris, 1995.

_____. *Contribution à l'histoire dès débuts de la recherche linguistique sur la Langue des Signes Française. Les travaux de Paul Jouison*. Paris, França. (Tese de doutorado – Faculdade de Ciência Humana e Social). Université Paris V – René Descartes. 2000.

GIORDANI, Liliane F. "Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, Carlos. Org. 1997, *Educação & exclusão: abordagem sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais III		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Língua Brasileira de Sinais II
<p>EMENTA: O uso do espaço. Classificadores: Tipos de classificadores e restrições que se aplicam ao uso dos mesmos. O papel dos classificadores na língua de sinais. Os verbos complexos classificadores. Atividades de prática como componente curricular e atividades aplicadas à tradução e interpretação.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AIKHENVALD, A. <i>Classifiers: A typology of noun categorization devices</i>. New York: Oxford University Press, 2000. FERREIRA-BRITO, L. <i>Por uma gramática das línguas de sinais</i>. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i>. ArtMed: Porto Alegre, 2004. SANDLER, W. & LILLO-MARTIN, D. <i>Sign Language and Linguistic Universals</i>. New York: Cambridge University Press, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Secretaria de Educação Especial. <i>Saberes e práticas da inclusão</i>. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf></p>		

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira*. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.

FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003

MENDONÇA, Cleomasina Stuart Sanção Silva. *Classificação nominal em LIBRAS: um estudo sobre os chamados classificadores*. Dissertação de Mestrado – Mestrado em linguística – Departamento de linguística, português e línguas clássicas. Universidade de Brasília. 2012.155f.

QUADROS, R. M. de *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Introdução aos Estudos da Tradução
<p>EMENTA: Prática de tradução e interpretação em Libras. A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, E. C. <i>Atividades ilustradas em sinais da libras</i>. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). <i>Surdez: Processo Educativos e Subjetividade</i>. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 51-84.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARROJO, R. A que são fiéis tradutores e críticos e tradução; e Laplanche traduz o pai da Psicanálise. In: <i>Tradução, desconstrução e psicanálise</i>. Rio de Janeiro: Imago, 1993. AUBERT, F. H. <i>Fatores condicionantes do valor de mercado da tradução</i>. <i>Trabalhos em Lingüística Aplicada</i> (11)1: 33-42, jan-jun, 1988. LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <i>Letramento e Minorias</i>. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128. MAGALHÃES JUNIOR, E. <i>Sua Majestade, o Intérprete: O fascinante mundo da tradução simultânea</i>. São Paulo: Parábola Editorial: 2007. NÓBREGA, T. M. <i>A tradução contracultural de On the road: contra a diferença</i>. <i>Trabalhos em Lingüística Aplicada</i>, Campinas, no. 19, p. 83.89, jan./jun. 1992.</p>		

DISCIPLINA: Metodologia de Ensino de Letras - LIBRAS		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITO: Avaliação de Aprendizagem
<p>EMENTA: Aspectos metodológicos do ensino de Libras na escola. O ensino de língua de sinais e a variação linguística. Análise de materiais didáticos. Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem de línguas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL/SEF – <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa</i>. Brasília/SEF, 1997. QUADROS, R. M. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SÁ, N. R. L. de. <i>Educação de surdos: a caminho do bilingüismo</i>. Niterói: Eduff, 1999.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FREIRE, P. <i>A importância do ato de ler em três artigos que se completam</i>. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986. LIBÂNEO, J. C. – <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez, 1994. LODI, A. C.B., HARRISON, K.M.P. e CAMPOS, S.R.L. (org) - <i>Leitura e escrita no contexto da diversidade</i>. Porto Alegre. Editora Mediação, 2004. PERLIN, G. T. – <i>SURDOS: cultura e pedagogia</i>. In THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org) <i>A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos</i>. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.63-84. ALBRES, Neiva de Aquino. <i>De sinal em sinal: comunicação em LIBRAS para educadores</i>. São Paulo, SP: Editora Duas Mãos – Apoio FENEIS/SP, 2008.</p>		

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITO: Metodologia da Pesquisa Científica em Ciências Humanas
<p>EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. <i>Metodologia científica</i>. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980. GALLIANO, A. G. <i>O método científico - Teoria e prática</i>. São Paulo: Harbra, 1986. GIL, A. C. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1983.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Estágio Obrigatório I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas em Educação		
CH 90h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITO: Avaliação da Aprendizagem
<p>EMENTA: Projeto de Estágio; Estágio Observacional da Educação Escolar (Ensino Fundamental) e da Educação não-escolar.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AHLGREN, I. <i>Sign Language as the first language</i>. In: Bilingualism in deaf education. Ahlgren & Hyltenstam (eds.) Hamburg: Signum-Verl. 1994. 15-36. DORZIAT, A. <i>Bilinguismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica</i>. In: SKLIAR, C. (org). <i>Atualidade da educação bilíngue para surdos</i>. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. INGRAM, D. <i>First language acquisition</i>. Cambridge University Press. Cambridge. 1989. KARNOPP, L. B. <i>Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos</i>. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre. 1994.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LUJÁN, M.A. "As crianças surdas adquirem sua língua". In: MOURA, M.C.; LODI, A.C.B.; PEREIRA, M.C.C. (orgs.). <i>Língua de sinais e educação do surdo</i>. São Paulo: Tec Art, 1993, Série de Neuropsicologia, 3. POKER, R. B. <i>Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional</i>. Tese de doutorado. UNESP – Marília, 2002. QUADROS, R. M. <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SÁ, N. R. L. de. <i>Educação de surdos: a caminho do bilingüismo</i>. Niterói: Eduff, 1999. SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In: BOHN, H; VANDRESEN, P. <i>Tópicos de lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras</i>. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.</p>		

4.7.5.4 4º SEMESTRE

DISCIPLINA: Escrita de Sinais II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Escrita de Sinais I
<p>EMENTA: O processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de literatura na escrita da língua de sinais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012. CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Alfabetização e Lingüística</i>. São Paulo. Editora Scipione, 2002. CAPOVILLA, F. C. ; CAPOVILLA, A. G. S. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngüe do surdo congênito. In.: RODRIGUES, C.; KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. <i>Educação infantil para surdos</i>. In: FERNANDES, Eulália. <i>Linguagem e surdez</i>. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GARCIA, Brigitte. <i>Ecrits sur la langue des signes française</i>. Editora L'Harmattan, Paris, 1995. _____. <i>Contribution à l'histoire des débuts de la recherche linguistique sur la Langue des Signes Française. Les travaux de Paul Jouison</i>. Paris, França. (Tese de doutorado – Faculdade de Ciência Humana e Social). Université Paris V – René Descartes. 2000. GIORDANI, Liliane F. <i>"Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos</i>. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. KATO, M. <i>No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística</i>. São Paulo: Ática, 1998. QUADROS, Ronice Muller de. <i>Educação de Surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997. ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) <i>A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado</i>. Canoas. 2001. SUTTON, Valerie. <i>SignWriting: Manual</i>. [online] disponível em www.signwrtng.org, 1996. Consultado em outubro de 1996.</p>		

DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I
<p>EMENTA: Prática de tradução e interpretação em Libras. A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. *Libras em estudo: tradução/interpretação*. São Paulo: FENEIS, 2012.

ALMEIDA, E. C. *Atividades ilustradas em sinais da libras*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). *Surdez: Processo Educativos e Subjetividade*. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 51-84.

PAGANO, Adriana. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. O tradutor e o intérprete de Língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.) O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.

MAGALHÃES JUNIOR, E. *Sua Majestade, o Intérprete: O fascinante mundo da tradução simultânea*. São Paulo: Parábola Editorial: 2007.

DISCIPLINA: Produção de Materiais Didáticos em LIBRAS		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITO: Metodologias do Ensino de Letras-Libras
<p>EMENTA: Conceito, fundamentos, características e concepções de material didático. Concepção de linguagem e de educação e sua relação com os materiais didáticos para ensino de Libras. Planejamento e elaboração de material didático para o ensino de Libras.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: TOMLINSON, Brian. <i>A elaboração de materiais para curso de idiomas</i>. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2005. OLIVEIRA, Luciano Amaral. <i>Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. LEFRANÇOIS, Guy R. <i>Teorias de aprendizagem</i>. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MILITÃO, Albigenor. <i>Jogos, Dinâmicas; Vivências Grupais</i>. Rio de Janeiro: Qualitymark Edi tora, 2000.</p>		

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004.
 PIMENTA, Nelson. *Curso de LIBRAS 1*. Rio de Janeiro: LSB, vídeo, 2006.
 AYRES, A. T. *Prática Pedagógica Competente*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
 PACHECO, J. A.; OLIVEIRA, M. R. N.S. (orgs). *Currículo, didática e formação de professores*. São Paulo: Papirus, 2013.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais IV		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITO: Língua Brasileira de Sinais III
<p>EMENTA: Descrição visual (técnicas e habilidades). Explorando o espaço de sinalização do ponto de vista lingüístico e topográfico. Atividades de prática como componente curricular ou atividades aplicadas à tradução e interpretação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AIKHENVALD, A. <i>Classifiers: A typology of noun categorization devices</i>. New York: Oxford University Press, 2000. FERREIRA-BRITO, L. <i>Por uma gramática das línguas de sinais</i>. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i>. ArtMed: Porto Alegre, 2004. SANDLER, W. & LILLO-MARTIN, D. <i>Sign Language and Linguistic Universals</i>. New York: Cambridge University Press, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Secretaria de Educação Especial. <i>Saberes e práticas da inclusão</i>. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf> CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. <i>Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira</i>. São Paulo: Editora EDUSP, 2006. FERNANDES, Eulália. <i>Linguagem e surdez</i>. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003 MENDONÇA, Cleomasina Stuart Sanção Silva. <i>Classificação nominal em LIBRAS: um estudo sobre os chamados classificadores</i>. Dissertação de Mestrado – Mestrado em linguística – Departamento de linguística, português e línguas clássicas. Universidade de Brasília. 2012.155f. QUADROS, R. M. de <i>Educação de surdos: a aquisição da linguagem</i>. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p>		

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITO: Trabalho de Conclusão I
<p>EMENTA: Desenvolvimento da pesquisa. Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Redação de relatório de pesquisa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. <i>Metodologia científica</i>. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980. GALLIANO, A. G. <i>O método científico - Teoria e prática</i>. São Paulo: Harbra, 1986. GIL, A. C. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. São Paulo:Atlas, 1983.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. São Paulo: Atlas, 1988. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. <i>Técnicas de pesquisa</i>. São Paulo: Atlas, 1982. RUDIO, F. V. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i>. Petrópolis: Vozes, 1978. SEVERINO, A.J. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.</p>		

DISCIPLINA: Estágio Obrigatório II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas em Educação		
CH 120h	CRÉDITOS 0.0.8	PRÉ-REQUISITO: Estágio Obrigatório I
<p>EMENTA: Estágio de Regência no Ensino Médio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i>. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002. LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. <i>Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos</i>. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001. POERSCH, J. M. <i>Atitudes e Aptidões no Ensino de Línguas: é possível alfabetizar em língua Estrangeira?</i> Letras de Hoje, Porto Alegre, v.30, n.2, p. 193-205, junho 1995.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RÉ, Alessandra Del. *A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In.: BOHN, H; VANDRESEN, P. *Tópicos de lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.

VENTURI, Maria Alice. *Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

4.7.5.9 Disciplinas Optativas.

DISCIPLINA: Literatura Piauiense		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Teoria da Literatura I
EMENTA: Estudo das obras dos autores mais representativos na poesia e ficção piauiense.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL, Assis. <i>Dicionário Prático de Literatura Brasileira</i> , Edição Ouro, Rio, 1979.		
MENESES, Raimundo de. <i>Dicionário Literário Brasileiro</i> , 4 Vols. Edição Saraiva – São Paulo, 1969.		
MORAES, Herculano. <i>Nova Literatura Piauiense</i> . Rio de Janeiro: Ed. Artenova S.A, 1975.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
COUTINHO, Afrânio. <i>A Literatura no Brasil</i> , vol. IV, 2. ed. Sul América S.A. Rio de Janeiro-1969.		
MORAES, Herculano. <i>Visão Histórica da Lit. Piauiense</i> . Rio de Janeiro: Com. Ed. Americana, 1976.		
REIS, Raimundo. <i>Poetas do Piauí</i> . Teresina: s/e, 1958.		

DISCIPLINA: Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOSREQUISITO: Teoria da Literatura I
EMENTA: Estudo da prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de expressão portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo:		

categorias narratológicas tradicionais. História da literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De Vôos e Ilhas: literatura e comunitarismos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano* – Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica USP, 1999.

FERREIRA, Manuel - *Literaturas africanas de expressão Portuguesa*. V. II. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

HAMILTON, Russell - *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Ed. 70, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBEITOS, Arlindo; APA, Livia e DÁSKALOS, Maria Alexandre (Org). *Poesia africana de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2003.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique*. Experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê editorial, 2005.

DOSSIÊ de LITERATURAS AFRICANAS. Revista *Via Atlântica*. Programa de Pós-graduação em Estudos comparados da FFLCH da USP/São Paulo (Vários números)

MACEDO, Tania. *Angola e Brasil: estudos comparados*. São Paulo: Via Atlântica, 2002.

MADRUGA, Elisalva. *Nas trilhas da descoberta: a repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana*. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

DISCIPLINA: Linguística Aplicada		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Linguística I
EMENTA: Teorias de Ensino-aprendizagem de línguas. Avaliação em língua materna. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CORACINI, M.J. <i>Interpretação, autoria e legitimação do livro didático</i> . Campinas: Pontes. 1999.		
ELLIS, R. SLA. <i>Research and language teaching</i> . Oxford: OUP, 1997.		
SCARAMUCCI, M. V. R. O professor avaliador: sobre a importância da avaliação na formação do professor de língua estrangeira. In: Rottava, L. (org.). (Org.). <i>Ensino-aprendizagem de línguas: Língua Estrangeira</i> . 1 ed. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2006, v. 1.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
KAPLAN, R. (org.) <i>The Oxford handbook of Applied Linguistics</i> . Oxford: OUP, 2002.		
JONHNSON, K. <i>Designing language teaching tasks</i> . Great Britain: Palgrave Macmillan, 2003.		
LARSEN-FREEMAN, D; LONG, M.H. <i>An introduction to second language acquisition research</i> . London: Longman, 1991.		

LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (org.). *Tópicos em Linguística Aplicada*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.
McDONOUGH, S. *Applied linguistics in language education*. London: Arnold, 2002.

DISCIPLINA: Educação de Surdos e Novas Tecnologias		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Estudo do papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem, enfocando as práticas de linguagem em contextos sociais diversos, dentre eles gêneros digitais e midiáticos. Práticas discursivas e educação on-line, interação e mídias. Ensino da LIBRAS mediado pelo computador. Aspectos textuais e semióticos da interação humano-computador e manifestações linguísticas da cibercultura.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARAÚJO, Júlio César (org.) <i>Internet & Ensino: novos gêneros, outros desafios</i>. Lucerna. Rio de Janeiro. 2007. COSCARRELLI, C. V. <i>Letramento Digital</i>. Autêntica, 2007. GEE, James Paul. <i>What vídeo games have to teach us about learning and literacy</i>. Palgrave Macmillian, 2003. JONSON, Steve. <i>Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar</i>. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BLIN, Françoise. <i>CALL and the development of learner autonomy</i>. Towards an activity-theoretical perspective. <i>ReCALL</i>: 377-395. 2004. FOLTZ, Peter W. <i>Comprehension, coherence, and strategies in hypertext and linear text</i>. In: Rouet, J.F.; J. J. Levonen; A. Dillon; R. J. Spiro (eds.). <i>Hypertext and cognition</i>. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1996, p. 109-136. SAMPSON, Nicholas. Meeting the needs of distant learners. <i>Language Learning & Technology</i>. Setpber 2003, volume 7, number 3. pp. 103-118. SILVA, Marco. <i>Sala de aula interativa</i>. 2ª edição. Quartet, 2000. WARSCHAUER, Mark. <i>Telecollaboration in Foreign Language Learning</i>. Second Language Teaching & Curriculum Center. University of Hawaii, 1996.</p>		

DISCIPLINA: O Ensino de Português como Língua Estrangeira		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Linguística Aplicada I
<p>EMENTA: Ensino/aprendizagem da língua portuguesa sob a ótica das teorias de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. *Dimensões comunicativas do ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 1993.

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. New Jersey, Prentice Hall Regents, 1994.

JÚDICE, N. *O ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros: pesquisas e ações*. Niterói: Intertexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MASIP, Vicente. *Gramática do português como língua estrangeira*. Fonologia, ortografia e morfossintaxe. São Paulo: EPU, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

UR, Penny. *A course in language teaching: theory and Practice*. Great Britain, Cambridge University Press, 1996.

LIMA, Emma E. O. F. & IUNES, Samira A. *Falar... ler... escrever... português*. Um curso para estrangeiros. São Paulo: EPU, 1999.

LIMA, Emma E. O. F. e IUNES, Samira A. *Português via Brasil*. Um curso avançado para estrangeiros. São Paulo, EPU, 1990.

DISCIPLINA: Educação Ambiental		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: As principais causas de problemas ambientais; efeitos da degradação ambiental do meio ambiente; a importância da conservação ambiental; queimadas; desmatamento; lixo; poluição ambiental; impacto ambiental das grandes barragens; problemas de impacto ambiental no Piauí. Fundamentos teórico-metodológicos da Educação ambiental. Educação Ambiental: conceito e importância no ensino fundamental e médio. Relação entre saúde, educação e meio ambiente. As dimensões do desenvolvimento sustentável.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ACSELRAD, H. <i>Ecologia direito do cidadão: coletânea de textos</i>. Rio de Janeiro: J.B. 1993. BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal: <i>Direito do meio Ambiente e Participação Popular/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e renováveis Brasileiros: IBAMA</i>. 1994. BERNA, Vilmar. <i>Como fazer educação ambiental</i>. São Paulo: Paulus, 2001.142 p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DASHEFSKY, H.S. <i>Dicionário de Ciência Ambiental</i>. Guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 1995.</p>		

ISAIA, Enise Bezerra Ito (org). *Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola*. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000. 998 p. 01L-00298 577.4:37 R322
 MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.
 NEAD O ensino de ciências e educação ambiental. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT (CD-ROM) 2001.
 SATO, Michèle (Coord.) et al. Ensino de ciências e as questões ambientais. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

DISCIPLINA: Conversação Intercultural		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Princípios organizatórios da conversação em Libras. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, E. C. <i>Atividades ilustradas em sinais da libras</i>. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkíria Duarte. <i>DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: libras</i>. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 2. v. ESPAÇO. Rio de Janeiro, RJ: INES, 1990. PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras. Nível I</i>. 2009.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARCHUSCHI, L. A. <i>Análise da conversação</i>. São Paulo: Editora Ática, 2006. PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras. Nível II</i>. 2009. QUADROS, Ronice Müller de. <i>Estudos Surdos III</i>. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2008.</p>		

DISCIPLINA: Corporalidade e Escrita		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: Tradição oral e tradição escrita. Condições de produção oral e escrita. Cruzamentos entre oralidade e escrita. Escrita, ciência e literatura. Desafios da alfabetização e do letramento. Introdução aos sistemas de escrita de línguas orais e línguas de sinais.</p>		

BIBLIOGRAFIA:

FREITAS, Giovanina Gomes de. *O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade*. Ijuí : Editora UNIJUI, 2002.

KLEIMAN, Ângela. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. São Paulo: Campinas, Mercado de Letras, 1995.

REDIN, Euclides. *O espaço e o tempo da criança : se der tempo a gente brinca!* Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAGLIARI, Luis Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Summus, 2000.

GONÇALVES, M.A.S. - *Sentir, pensar, agir*. Campinas: Papyrus, 1994.

MARCHUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível II. 2009.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DISCIPLINA: LIBRAS Acadêmica		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Língua Brasileira de Sinais IVS
<p>EMENTA: Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em Libras.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUBOIS, Philippe. <i>Cinema, Vídeo, Godard</i>. São Paulo, Cosac-Naify, 2004. CLARK, Walter; LIMA, Fernando Barbosa. Um Pouco de História e Reflexão sobre a Televisão Brasileira. In: MACEDO, Cláudia; FALCÃO, Ângela; ALMEIDA, Cândido José Mendes. <i>TV ao Vivo: Depoimentos</i>. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1988. FELLIPPE, T. <i>Libras em contexto</i>. MEC/FENEIS, Brasília, 2006. LACERDA, C. B. F. de. <i>Surdez, processos educativos e subjetivos</i>. Editora Lovise, São Paulo, 2000.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHION, Michel. <i>Audio-Vision: Sound on Screen</i>. New York, Columbia, 1994. ELLIS, John. <i>Visible Fictions - Cinema: Television: Video</i>. London, Routledge, 2003. LIBRAS. <i>Dicionário</i>. Disponível em: http://www.acessobrasil.org.br/libras/ . Acesso em: janeiro de 2009. QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P.. <i>Idéias para ensinar português para alunos surdos</i>. SEESP, Brasília, 2006.</p>		

DISCIPLINA: Estudos Surdos II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Estudos Surdos I
<p>EMENTA: História de surdos. História cultural. Literatura surda. Política surda. Resistências surdas. Pedagogia surda.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DORZIAT, Ana. Estudos Surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011. PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012. QUADROS, Ronice Müller de. <i>Estudos Surdos 3</i>. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2008. QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. Rio de Janeiro: <i>Estudos Surdos 4</i>. Editora Arara Azul, 2009.</p> <p>BIBLIOGRAGIA COMPLEMENTAR: QUADROS, Ronice Müller de. <i>Estudos Surdos 1</i>. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006. QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. <i>Estudos Surdos 2</i>. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007. SKLIAR, Carlos (Org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . 5. ed. Porto Alegre: Mediação 2011. SANTANA, Ana Paula. <i>Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas</i>. São Paulo, SP: Plexus, 2007. CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. <i>Comunicação por língua brasileira de sinais</i>. 2.ed. Brasília: SENAC, 2005.</p>		

DISCIPLINA: Sinais Internacionais		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	SEM PRÉ-REQUISITOS
<p>EMENTA: As principais características da língua de sinais internacional. Sua utilização: Europa, EEUU, África Central, recentemente América do Sul. Os sinais internacionais originários da Europa. Aspectos da língua: localização – variação dos verbos – formas interrogativas – expressão facial – negação – empréstimos lexicais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: RUBINO, F., HAYHURST, A., and GUEJLMAN, J. <i>International sign language of the deaf</i>. Carlisle: British Deaf Association. 1975. MCKEE R., NAPIER J. "<i>Interpreting in International Sign Pidgin: an analysis</i>." <i>Journal of Sign Language Linguistics</i> 5(1). McKee R., Napier J.. 2002.</p>		

BAR-TZUR, David. *International gesture: Principles and gestures* Bar-Tzur, David (2002) gesto Internacional: Princípios e gestos. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOODY, W. International gesture. In: JV Van Cleve (ed.), "*Gallaudet encyclopedia of deaf people and deafness*", Vol 3 SZ, Index. 1987

SCOTT GIBSON, L. & R. Ojala. Scott Gibson, L. & R. Ojala (1994). "*International Sign Interpreting*." Paper presented to the Fourth East and South African Sign Language Seminar, Uganda, August 1994. "Sign Internacional de Interpretação". Trabalho apresentado para o Leste e Sul-Africano Quarto Seminário de Língua de Sinais, Uganda, agosto de 1994.

DISCIPLINA: Linguística II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Linguística I
<p>EMENTA: A linguística no século XX. O estruturalismo e suas bases teóricas. A linguística antropológica norte-americana. Pressupostos teórico-metodológicos do funcionalismo. Escolas e tendências funcionalistas. O gerativismo linguístico. A aquisição da linguagem. A linguística contemporânea e seus desdobramentos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MUSSALIM, F. BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. KENEDY, E. Curso Básico de Linguística Gerativa. São Paulo: Contexto, 2013. NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAMARA JR. Joaquim Mattoso. <i>História da lingüística.</i> Petrópolis: Vozes, 1975. FAUCCONIER, Giles. <i>Mappings in Thought and language.</i> Cambridge: Cambridge University Press, 1997. CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (orgs.). <i>Lingüística funcional: teoria e prática.</i> Rio de Janeiro: DP & A, 2003. FIORIN, José Luiz. <i>As astúcias da enunciação.</i> 2. Ed. São Paulo: Ática, 1999. LYONS, John. <i>Linguagem e lingüística: uma introdução.</i> Trad. Marilda Winkler Averbung e Clarisse Sicckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.</p>		

DISCIPLINA: Teoria da Literatura II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Teoria da Literatura I
<p>EMENTA: Crítica Literária : Principais correntes e seus pressupostos teóricos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AGUIAR E SILVA, Victor Manuel de. <i>Teoria da Literatura</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1976. ARISTÓTELES. <i>Poética</i>. São Paulo: Abril Cultural (Pensadores Vol.II) 1979, p.241/269. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i>. São Paulo: Ática, 1995. PIRES, Orlando. <i>Manual de Teoria e Técnica Literária</i>. Rio de Janeiro: Presença, 1981.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDÃO, Roberto de Oliveira. <i>A tradição sempre nova</i>. São Paulo: Ática, 1976. COUTINHO, Afrânio. <i>Crítica e Poética</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. _____. <i>Notas de Teoria Literária</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. DAICHES, David. <i>Posições da crítica em face da literatura</i>. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967. P.13/55. PROENÇA FILHO, Domício. <i>Estilos de Época na literatura</i>. São Paulo: Ática, 1983. STAINNER, Emil. <i>Conceitos fundamentais da poética</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. WELLEK, René e WARREN, Austin. <i>Teoria da Literatura</i>. Lisboa: Europa América, 1971.</p>		

DISCIPLINA: Literatura Infanto-Juvenil		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITO: Teoria da Literatura I
<p>EMENTA: Formação do repertório de literatura Infantojuvenil: contos, fábulas, poemas, crônicas, quadrinhos, lendas e músicas. Transformação do leitor através da literatura infantojuvenil. A literatura infantojuvenil como gênero literário.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRAMOVICH, Fanny. <i>Literatura Infantil: Gostosura e Bobices</i>. 5. ed. Scipione: São Paulo, 1995. AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. <i>Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas</i>. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1988. BETTELHEIM, Bruno. <i>A psicanálise dos contos de fadas</i>. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980. COELHO, Nelly Novaes. <i>Literatura infantil: teoria e prática</i>. 6. ed. Ática: São Paulo, 1993.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CUNHA, Maria Antonieta Antunes. <i>Literatura Infantil: teoria, análise e didática</i>. 6. ed. Ática: São Paulo, 1994.</p>		

DOHME, Vânia D'Angelo. *Técnica de Contar histórias*. Informal: São Paulo, 2003.
GARCIA, Edson Gabriel. *A leitura na escola de 1º grau*. 2 ed. Loyola: São Paulo, 1992.
KHÊDE, Sônia Salomão. *Literatura Infanto-juvenil: um gênero polêmico*. 2. ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1986.
LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira – História e histórias*. 6. ed. Ática: São Paulo, 2002.

4.7.6 Estágio Obrigatório

O estágio, sob a forma supervisionada, é um dos momentos de integração entre a academia, a escola e a comunidade. Momento em que o licenciando percebe ser sujeito ativo no processo educacional e social, proporcionando sua inserção no campo de atuação profissional. Para os que já exercem o magistério, propicia uma reflexão e um redimensionamento sobre a práxis pedagógica.

O estágio obrigatório é a parte do currículo que integra a teoria e a prática, sem, entretanto, ser a única com esse caráter, pois tanto a teoria como a prática devem permear todo o processo de formação acadêmico-profissional, possibilitando ao licenciando colocar-se à frente das questões do dia-a-dia da prática docente, incentivando a pesquisa e a qualificação continuada, em busca de soluções para os problemas detectados.

O estágio obrigatório possibilita que a academia seja um local aberto a estudos e discussões referenciadas na dimensão prática da ação docente, para reorientação da formação acadêmico-profissional com base na realidade proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e vivências de questões inerentes ao exercício da ação docente, numa vinculação constante entre ação-reflexão-ação, para melhoria do ensino de graduação.

O presente documento apresenta as diretrizes gerais e normas de operacionalização do estágio obrigatório para cursos de licenciatura, visando atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, a legislação do Conselho Nacional de Educação – CNE, Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96) e, conseqüentemente, as normas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

4.7.7.1 Fundamentos Legais

- Lei 9.394, de 20.12.1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece que os estágios devam ser regulamentados pelo sistema de ensino (Art. 82).
- Resolução CNE nº 01/02
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.
- Resolução CNE nº 02/02
Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, formação, para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior.
- Parecer CNE/CP nº 027/2001
Dá nova redação ao item 3.6, à linha C do Parecer CNE/CP nº09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais da Educação Básica, em nível superior, Cursos de Licenciatura de Graduação.
- Resolução nº 199, de 20.11.2.003 – CEPEX/UFPI
Estabelece as normas gerais do Estágio Obrigatório e institui a sua duração e carga horária.
- Resolução nº 38/04 – CEPEX/UFPI
Altera a Resolução 199/03 – CEPEX/UFPI acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes.
- Resolução CNE/CES 18, de 13.03.2002
Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Letras.
- Decreto nº 5.622, de 19.12.2005.
Regulamenta o artigo nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Resolução nº 177/12 – CEPEX – Dispõe sobre as Normas para Cursos de Graduação na UFPI.

4.7.7.2 Sistemática de Operacionalização - Objetivos e caracterização

O Estágio Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório dos cursos de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, previsto nos diversos currículos dos cursos de licenciatura, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio obrigatório nos cursos de licenciatura (Resolução nº 01/02 – CNE, Resolução nº 02/02 – CNE, Resolução nº 199/03 – CEPEX/UFPI, Resolução nº 01/06 – CNE e Resolução nº 177/12 – CEPEX).

Compreende o período em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, objetivando iniciar o futuro educador em sua vida profissional, através da vivência de situações concretas de ensino, sob a orientação e acompanhamento direto de um docente-supervisor.

O Estágio Obrigatório corresponde nas diversas licenciaturas às atividades de aprendizagem pedagógica, social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

O Estágio Obrigatório objetiva:

- garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem, como experiência pedagógica, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e a interdisciplinaridade;
- desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente, envolvendo as dimensões humana, técnica, social e política; e a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização pessoal.

Constitui, pois, momento único em que o estudante-estagiário tem a oportunidade de auto-avaliação e de, ao mesmo tempo, ser avaliado quanto às suas competências e habilidades para o exercício da ação docente.

O Estágio Obrigatório poderá ser planejado de modo a se constituir como atividade de extensão e/ou pesquisa, viabilizando a participação do estudante em projetos de interesse social.

4.7.4.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica

4.7.7.3.1 Aspectos Administrativos

À Coordenação de Estágio Obrigatório compete planejar e coordenar as ações relativas ao estágio nos cursos de Letras, organizando, encaminhando, acompanhando e avaliando seu desenvolvimento. O coordenador será escolhido dentre os docentes responsáveis pelo estágio obrigatório. As competências e tempo de mandato desse coordenador serão estabelecidos pelos seus respectivos pares.

4.7.7.3.2 Carga Horária: 405 horas-aula

O Estágio Obrigatório, regulamentado pela Resolução nº 199/03 – CEPEX/UFPI e pela Resolução nº 177/12 – CEPEX, nas diversas licenciaturas, compreende:

Estágio obrigatório I - 75 (setenta e cinco) horas-aula;

Estágio obrigatório II - 90 (noventa) horas-aula;

Estágio obrigatório III - 120 (cento e vinte) horas-aula;

Estágio obrigatório IV - 120 (cento e vinte) horas-aula.

A carga horária total perfaz 405 (quatrocentas e cinco) horas-aula, que são ofertadas nos últimos quatro semestres letivos do Curso de Letras (5º, 6º, 7º e 8º Períodos).

4.7.7.3.3 Período de Realização e Duração: 5º, 6º, 7º e 8º Períodos.

O Estágio Obrigatório realizar-se-á durante o período letivo da UFPI, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico da Instituição para os cursos de licenciatura, em consonância com o período letivo das redes pública e privada de ensino.

4.7.7.3.4 Campo de Estágio

O Estágio Obrigatório é componente curricular a realizar-se em campos pertencentes à Instituição ou em outras instituições públicas e privadas, do meio urbano ou rural, de Ensino Fundamental e Médio e em outros campos de atuação profissional, que atendam aos critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Piauí, na forma de convênios firmados.

Os estudantes que já atuam como docentes na Educação Básica poderão solicitar o aproveitamento das experiências da prática pedagógica nas escolas em que atuam. Esta solicitação será analisada pelo corpo docente do curso.

Nesta proposta curricular, o princípio essencial da formação docente é a reflexão contínua sobre a prática em sala de aula, enfatizando a pesquisa como eixo articulador da construção e reconstrução do conhecimento. O estágio obrigatório ocorrerá em quatro blocos, a partir do quinto módulo, com acompanhamento específico de no máximo 25 alunos por turma e será supervisionado de acordo com a lotação do estudante/profissional em sala de aula.

4.7.7.3.5 Encaminhamento ao Campo de Estágio

O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio Curricular Obrigatório.

4.7.7.4 Formas de Operacionalização

4.7.7.4.1 Supervisão do Estágio

A Supervisão do Estágio é o elo entre o órgão formador e a Instituição Educacional que recebe o estudante para a realização do Estágio Obrigatório. A atuação do docente-supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no Estágio Obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento sistemático e contínuo das atividades do estágio, através da:

- avaliação periódica do desempenho dos alunos, de acordo com a orientação do professor supervisor;
- criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- orientação na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do Estágio;
- elaboração do calendário de reuniões periódicas com os estudantes e co-participantes do processo de ensino-aprendizagem;
- apresentação à Coordenação de Estágio Obrigatório de Ensino dos Cursos de Letras de relatório das atividades desenvolvidas;
- proposição de alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou a cultura institucional no decorrer do estágio curricular, garantindo o alcance dos objetivos propostos.

O docente-supervisor é o professor responsável pela indicação do campo de estágio e pelo processo acadêmico de acompanhamento do estudante-estagiário. Ele também é responsável por conduzir o aluno, durante o período de estágio, a atividades de observação, ao conhecimento da realidade do campo de estágio, desenvolvendo uma visão crítica da realidade escolar, ao entendimento da dinâmica institucional, ao conhecimento da literatura sobre a área de atuação, à participação em reuniões informativas e de troca de experiências e ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

4.7.7.4.2 Planejamento, Execução e Avaliação do Plano de Estágio

O Plano de Estágio, contendo todas as etapas do estágio, é tarefa do estudante-estagiário, sob a orientação do docente-supervisor. Compete ao docente-supervisor selecionar e priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, *a priori*, formas do próprio estágio.

O Plano de Estágio elaborado pelo licenciando deve conter as seguintes partes essenciais:

- Introdução: apresentação do trabalho de forma sintética e objetiva.

- Objetivos gerais e específicos: os objetivos definem o porquê da realização do trabalho e o que se pretende atingir com a sua realização.
- Fundamentação teórica: estudo sobre conteúdos relacionados à formação docente, às competências e habilidades do professor.
- Metodologia do trabalho: contempla as seguintes etapas: conhecimento da realidade do campo de estágio, planejamento, execução e avaliação de atividades didático-pedagógicas, elaboração e entrega do Relatório Final do Estágio e apresentação dos resultados no Campo de Estágio.
- Cronograma: apresenta as etapas do trabalho e o tempo em que acontecerão.

O Plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do Plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente-supervisor.

A avaliação do Plano de Estágio deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente-supervisor e estudante-estagiário.

4.7.7.4.3 Acompanhamento, Controle e Avaliação do Estágio

O acompanhamento e o controle do estágio devem ser realizados pelo docente-supervisor na forma descrita de supervisão (direta) e através de instrumentos a serem preenchidos pelo docente-supervisor, pelo estudante-estagiário e pelo docente-titular do campo de estágio (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário, relatórios parciais e relatório final).

A avaliação deve envolver, além do docente-supervisor e do estudante-estagiário, o professor ou professores titulares do campo de estágio, da(s) turma(s), local do estágio e os profissionais (supervisor escolar/coordenador de ensino/diretor ou outros profissionais) do *lôcus* de estágio, que devem avaliar o rendimento alcançado pelo estagiário e os aspectos gerais do estágio.

Os instrumentos de avaliação do estagiário devem ser elaborados pelo docente-supervisor, contemplando alguns elementos: integração do discente-estagiário no campo de estágio; desempenho das tarefas, capacidade de aplicação do conhecimento teórico-

prático; capacidade de autocrítica; autodisciplina; assiduidade/pontualidade, comprometimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, habilidades e competências inerentes à profissão.

4.7.7.4.4 Pesquisa e Extensão no Estágio obrigatório: Estágio Obrigatório

Como a lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a construção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das necessidades da comunidade onde a mesma está inserida, faz-se necessário que o Estágio Obrigatório possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas pode-se associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

O Estágio Obrigatório na forma de extensão visa à participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na Educação Básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas, contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O Estágio Obrigatório na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos afeitos às questões da investigação e a questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para pensá-lo, o criticar, o criar e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

4.7.7.4.5 Orientações para o Estagiário

- Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Obrigatório na UFPI e do Manual de Estágio;

- Efetivar matrícula no Estágio Obrigatório, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério;
- Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor;
- Entregar ao docente-supervisor, ao final de cada mês ou no prazo estabelecido pelo mesmo, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;
- Apresentar, ao término do Estágio Obrigatório, ao docente-supervisor, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio, apresentando e socializando os resultados.

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Obrigatório para as diversas licenciaturas da UFPI objetivam *a priori* subsidiar o estudante-estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica.

4.7.7.4.6 Definição dos Termos

CAMPO DE ESTÁGIO – Local credenciado (instituições escolares, não escolares e Ambientes que proporcionem Atendimento Educacional Especializado) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.

ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO – Aluno matriculado no estágio obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.

DOCENTE-SUPERVISOR – Professor da UFPI, indicado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades do estágio.

DOCENTE-TITULAR DO CAMPO DE ESTÁGIO – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.

PLANO DE ESTÁGIO – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

4.7.8 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Em consonância com o parecer CNE/CP 9/2001, o Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em caráter obrigatório, a ser submetido à apreciação de dois pareceristas, professores do Curso, no último semestre letivo (8º período). Em caso de divergência de pareceres, fica prevista a submissão a um terceiro parecerista.

A carga horária deste trabalho equivalerá a 90 h/a de trabalho individual a ser desenvolvido sob a supervisão de um professor orientador, de acordo com o regulamento da UFPI quanto aos critérios de elaboração e apresentação, normas técnicas e formatação, mecanismos de avaliação e outras diretrizes que se fizerem necessárias.

Quanto ao desenvolvimento do TCC, este poderá ser realizado na forma de artigo científico, aplicado a questões decorrentes do Estágio Obrigatório ou a temas relevantes para a área de Letras-LIBRAS.

Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do curso.

4.8 Orientações Acadêmicas

O curso será realizado através de encontros presenciais que permitirão também atividades culturais e de socialização entre estudantes e professores.

4.9 Coordenação Pedagógica do Curso

4.9.1 Coordenação Geral do Curso de Letras - LIBRAS

Eleita através de processo democrático com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos, conforme regulamentação da própria instituição.

Quando da Criação do Curso de Letras-LIBRAS, deverá ser criada uma coordenação pedagógica exclusiva para o referido curso, com vistas a viabilizar o seu gerenciamento administrativo-pedagógico.

Vinculação: Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI

4.9.2 - Gestão e Atribuições de Funções

Coordenador de Curso – Responsável pela coordenação do curso. Deve acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso.

Professores – Serão responsáveis pelas disciplinas de cada módulo do curso.

4.10 Processo de Avaliação

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativo ao curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; e a avaliação do material didático. Neste projeto, é dado destaque para a avaliação da aprendizagem, uma vez que os outros aspectos são trabalhados em subprojetos específicos.

Entendendo a avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso de Letras – LIBRAS, esta deve ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos, envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Portanto, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem finalidades diagnóstico-formativas:

- comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- detectar dificuldades na aprendizagem;
- re-planejar;
- tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto-Pedagógico.

4.10.1 Avaliação Institucional

O sistema de avaliação da educação superior exposto na Lei nº 10.861, de 14.04.2004, aplica-se integralmente ao Curso de Letras-LIBRAS. Esta Lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e, no artigo 3º, estabeleceu as dimensões para a Avaliação Institucional em âmbito nacional, respeitando a realidade de cada instituição. O Programa de Auto-avaliação da UFPI adota como elementos norteadores do seu processo avaliativo a análise destas dimensões conforme suas especificidades. Constituem, assim, as dimensões institucionais:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão;
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à Reitoria e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- Políticas de atendimento aos estudantes;

- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

4.10.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- Avaliar a eficácia e a efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna, faz-se necessário realizar ações de caráter específico, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:

- O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- A política de formação acadêmico-científica, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos estudantes;
- As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- A infra-estrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;

- A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.

4.10.3 Desenvolvimento Metodológico

4.10.3.1 Contextualização do Objeto de Avaliação

Para definir a metodologia do Programa de Avaliação Interna da UFPI, foi considerado o resultado da auto-avaliação realizada recentemente pela comissão anterior no período 2003-2004, cujo trabalho foi pautado nos indicadores sugeridos no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB – e pelo conjunto de indicadores que balizou a criação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O trabalho avaliativo na UFPI prevê duas dimensões articuladas para sua execução: política e técnica. A dimensão política compreende a avaliação interna e externa. A avaliação interna se constitui na análise crítica das ações realizadas nos diversos segmentos da UFPI, tendo como foco a participação da comunidade universitária. A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica para que outros segmentos externos à Instituição participem do exame da prática universitária.

A dimensão técnica possibilita a análise crítica dos dados quantitativos e qualitativos para reconhecer as diferenças, valorizar aspectos específicos, explicar situações, bem como atribuir e buscar sentido acadêmico e pedagógico. A adoção dessas dimensões tem a finalidade de manter a UFPI em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a construção de uma nova identidade para esta Instituição, conforme os paradigmas contemporâneos.

4.10.4 A Avaliação do Curso de Letras–LIBRAS

A avaliação do curso de caráter formativo será realizada ao final de cada período através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da sua operacionalização. A avaliação do curso, após a conclusão da primeira turma, envolverá o acompanhamento de egressos através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Letras pela UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional.

4.10.4.1 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Letras–LIBRAS

O trabalho do professor ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber.

Neste sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva, dialógica professor/aluno - mediada principalmente por textos - se torna fundamental.

No processo de avaliação de aprendizagem, é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitados em termos do projeto pedagógico.

No Curso de Letras–LIBRAS, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como ocorre não só a aprendizagem da língua de sinais, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

No que se refere ao registro no sistema acadêmico, será feito por período, através da verificação da assiduidade e aproveitamento, com base na Resolução nº 177/12 – CEPEX/UFPI.

O aproveitamento ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Esses instrumentos de avaliação (tais como pesquisas, produções textuais

escritas e orais, seminários, auto-avaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento. Os resultados das avaliações serão expressos por nota numa escala de zero a dez.

Ao final do período, esses dados serão repassados da Secretaria para o Registro Geral.

Cada professor, juntamente com o Departamento, ficará responsável por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

4.11 O Processo de Ensino e Aprendizagem

É o processo através do qual o aluno apreende as competências necessárias para exercer o ofício de Professor de LIBRAS. Caracteriza-se como uma sequência ordenada; períodos de atividades com certo sentido, segmentos em que se pode notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar sentido unitário à ação de ensinar. Este processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas que o caracterizam. O exemplo, negociação, controle, persuasão, sedução. Por outro lado, em razão de seu caráter interativo, evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir e colaborar. Também requer intervenções que, mediadas pela linguagem, manifestam a afetividade, a subjetividade e as intenções dos agentes. Nestas interações, o ensino e a aprendizagem são adaptações, (re)significados por seus atores e pelo contexto.

Porém, o que ocorre na sala de aula não é um fluir espontâneo, embora a espontaneidade não lhe seja furtada, dada à imprevisibilidade do ensino. É algo regulado por padrões metodológicos implícitos. Isso quer dizer que há uma ordem implícita nas ações dos professores (racionalidade pedagógica ou pensamento prático), que funciona como um fio condutor para o que vai acontecer com o processo de ensino. O que implica dizer que o curso das ações não é algo espontâneo, mas sim decorrente da intersubjetividade e da deliberação, pela simples razão de o seu fundamento constituir a natureza teleológica da prática educativa.

O processo de ensino e de aprendizagem, embora intangível, se materializa na ação de favorecer o aprendizado de uma cultura e/ou na aquisição de conhecimentos e

competências, em um contexto real e determinado, configurando-se em uma *práxis situada*. Como *práxis*, deixa de ser adaptação de condições determinadas pelo contexto para tornar-se crítica. Assim sendo, estimula o pensamento dos agentes capacitando-os para intervir neste mesmo contexto, o que supõe uma opção ética e uma prática moral, enfim, uma racionalidade.

Isso significa que pensar o processo de ensino e de aprendizagem do curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS implica definir os fins, os meios, os conteúdos, o papel do professor, o que é aprendizagem, as formas de avaliação. Resgatando a abordagem de ensino que este Projeto Pedagógico se orienta, o ensino e a aprendizagem estão fundamentados na racionalidade pedagógica prático-reflexiva, portanto, no princípio teórico-metodológico da reflexão na ação.

4.11.1 O papel do aluno

Pela forma como o currículo se organiza, o aluno do curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS é um dos sujeitos do processo de ensinar e aprender. Neste processo de construção de conhecimento, ele deve assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interessar-se por novas aprendizagens e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

4.11.2 O papel do professor

A natureza epistemológica do papel do professor está condicionada a uma inteligibilidade ou a um saber-fazer (por isso também é intelectual) que fomenta saberes que vão além de saberes éticos, morais e técnico-científicos. Requer saberes interpessoais, pessoais e comunicacionais, para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem.

No curso de Licenciatura em Letras LIBRAS, estes saberes assumem importância uma vez que os professores, agindo como mediadores do conhecimento, podem desempenhar papéis de orientadores. Os orientadores são professores vinculados ao Curso de Letras LIBRAS da Universidade Federal do Piauí, todos com formação profissional na área.

4.12 Condições de Implementação

4.12.1 Processo Seletivo

O processo seletivo (vestibular) será organizado pela Comissão Permanente de Seleção (COPESE) da Universidade Federal do Piauí, a qual terá a seu cargo todas as tarefas atinentes à realização de um exame de ingresso, ou seja, receber taxas de inscrições, produzir e aplicar as avaliações. As provas serão realizadas em Língua Portuguesa e/ou em Língua Brasileira de Sinais para candidatos surdos. Quando o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, processo seletivo regular organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, adotar a aplicação de provas em LIBRAS, o ingresso no Curso de Letras-LIBRAS poderá ser feito mediante edital de seleção publicado via Pró-Reitoria de Graduação – PREG.

No entanto, devido ao pouco tempo para se viabilizar um processo seletivo de tal especificidade, no primeiro ano do curso, optou-se por fazer uma seleção externa ao SISU, via COPESE, utilizando como critério as notas obtidas por candidatos inscritos no ENEM 2013.

O processo seletivo ofertará 30 (trinta) vagas no turno diurno para ingresso no segundo semestre letivo de 2014, distribuídas nas seguintes classes de concorrência: 11 vagas para ampla concorrência; 11 vagas para cotas de candidatos surdos com a devida comprovação documental, de acordo com a recomendação do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005; e 8 vagas para Ações Afirmativas adotadas pela UFPI e previstas pela Lei nº 12.711/12, de 29 de agosto de 2012.

Em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, da Presidência da República, uma das classes de concorrência será prioritariamente destinada às pessoas surdas, com a devida comprovação documental⁹.

Para preenchimento das vagas do processo seletivo será considerada a ordem decrescente da nota gerada a partir da média aritmética simples das proficiências de todas as provas que compõem o ENEM 2013.

Sendo assim, apenas poderão participar do processo seletivo para 2014.2 os candidatos que cumprirem, cumulativamente, os seguintes quesitos:

- a) Terem obtido média aritmética simples das proficiências das 5 provas¹⁰ que fazem parte do ENEM 2013 de no mínimo 400 (quatrocentos) pontos;
- b) Terem obtido nota na prova de redação do ENEM 2013 de no Mínimo 500 (quinhentos) pontos.

No caso de médias iguais, o desempate entre os candidatos será efetuado considerando-se a seguinte ordem de critérios:

- I. Maior nota na redação;
- II. Maior nota obtida na Prova de Linguagens, códigos e suas tecnologias;
- III. Maior nota obtida na Prova de Matemática e suas tecnologias;
- IV. Maior nota obtida na Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias;
- V. Maior nota obtida na Prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

A partir de 2015.2 , o curso adotará o Vestibular como forma de ingresso, admitindo o ingresso de 30 alunos por ano, em um regime de entrada única e anual, distribuídas nas seguintes classes de concorrência: 11 vagas para ampla concorrência; 11 vagas para cotas de candidatos surdos com a devida comprovação documental, de acordo com a recomendação do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005; e 8 vagas para cotas adotadas pela UFPI, previstas pela Lei nº 12.711/12. Das 30 vagas anuais, uma parte será preferencialmente destinadas para candidatos surdos ou com deficiência auditiva

⁹ Candidatos surdos ou com deficiência auditiva comprovada, de acordo com a definição contida no Parágrafo único do Capítulo I do Decreto nº 5.626, que considera “deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

¹⁰ “Linguagens, códigos e suas tecnologias”, “Matemática e suas tecnologias”, “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” e Redação.

comprovada, de acordo com a definição contida no Parágrafo único do Capítulo I do Decreto nº 5.626, que considera “deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”. Essa determinação também é prevista no Decreto citado, conforme o Parágrafo único do Capítulo III, assegurando que “as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no *caput*”.

Na ocorrência de vagas preferenciais não preenchidas, seja pelo número insuficiente de candidatos surdos aprovados ou pelo número reduzido de candidatos surdos inscritos, os demais concorrentes poderão ocupar essas vagas, enquadrando-se nos mesmos critérios de classificação e desempate que poderão ocorrer com as vagas não-preferenciais.

4.12.2 Duração

O curso terá duração mínima de quatro anos e máxima de seis anos.

4.12.3 Carga Horária

A carga horária total do curso é de 3.090 (Três mil e noventa) horas/aula.

4.12.4 Estrutura Curricular

A estrutura curricular adotada é a semestral.

4.12.6 Infraestrutura

O curso de Letras–LIBRAS é vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras e possui particularidades que necessitam ser destacadas.

Por ser um curso que desenvolve estudos linguísticos que envolvem uma língua de modalidade visuoespacial, o uso de instrumentos e recursos visuais é recorrente. Portanto, nesse ambiente acadêmico, é corriqueira a realização de atividades e pesquisas com o

uso de vídeos e a produção de material didático visualmente adaptado. Considerando essas especificidades, o curso necessita da seguinte estrutura física para o seu desenvolvimento:

a) 16 salas de aula (dezesesseis) salas de aula com mobiliário adequado, equipamentos eletrônicos e ar-condicionado.

b) 10 (dez) salas de professores e tradutores/intérpretes com mobiliário adequado, equipamentos eletrônicos, rede lógica e ar-condicionado.

c) 02 (dois) laboratórios (para gravação/ edição) de língua de sinais e de tradução e interpretação, para confecção e tradução/interpretação de material didático e para a realização de atividades acadêmicas do curso com mobiliário adequado, equipamentos telefônico, eletrônicos e ar-condicionado.

d) 01 (uma) sala para a coordenação acadêmico-administrativa do curso com mobiliário adequado, equipamentos telefônicos e eletrônicos e ar-condicionado.

e) 01 (uma) sala de reuniões com mobiliário adequado, equipamentos telefônicos e eletrônicos, ar-condicionado.

f) 01 (uma) sala equipada para videoconferência e atividades de modalidade à distância, com mobiliário adequado, 30 (trinta) computadores, equipamentos eletrônicos e ar-condicionado.

Diante dessas necessidades particulares, algumas ações estão em execução, tais como: contratação de professores, tradutores/intérpretes de linguagem de sinais, assistentes administrativos.

4.12.7. Estrutura pedagógica e administrativa

O curso de Letras-LIBRAS UFPI, na modalidade presencial, possui estrutura administrativo-pedagógica vinculada à estrutura organizacional da UFPI, que contempla:

Coordenador de Curso: a coordenação do curso será formada pelo coordenador e pelo seu vice. Trata-se de profissional graduado em Letras, com formação mínima de mestre, com experiência comprovada de 03 (três) anos de magistério superior, responsável pelas articulações em setores específicos e que transitará pelos diversos tipos de atividades no sistema geral.

Funções: dentre as suas funções estão a de supervisionar o funcionamento do curso e de todo processo educacional, permitindo o bom andamento do processo pedagógico; acompanhar os aspectos formais e administrativos do curso, como matrícula, calendário de atividades, acompanhamento de oferta das disciplinas.

Professor: professor do curso com formação específica na área de Letras¹¹; ter experiência e conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina pela qual será responsável; ter domínio no uso de tecnologias de informação e comunicação.

Funções: preparar o programa da disciplina a ser desenvolvida ao longo do curso no prazo determinado; adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para o desenvolvimento do curso à linguagem visualmente enriquecida; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, tradutor/intérprete e discentes, o material didático organizado; participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino; participar de grupos de trabalho que focam a produção de materiais didáticos para o curso de Letras-LIBRAS. Assumir uma posição de dinamizador do processo de ensino-aprendizagem, encorajando os estudantes à autorreflexão e permitindo uma contribuição mais ativa e profunda nas discussões; manter relações

¹¹ Serão abertas exceções quando não houver profissional qualificado.

positivas na sala de aula; promover a participação dos estudantes, encorajando e corrigindo suas contribuições; desenvolver as atividades docentes mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação; participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso; participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia adequada para o curso de Letras-LIBRAS; atuar e planejar as aulas em parceria com os profissionais tradutores/intérpretes; apresentar ao coordenador de curso, quando solicitado, um relatório do desempenho dos estudantes, do desenvolvimento da disciplina e sobre as atividades de ensino.

Técnico em Tradução e Interpretação de LIBRAS/Português: profissional competente e proficiente para realizar a interpretação e/ou tradução das 2 (duas) línguas (Português e LIBRAS) de maneira simultânea ou consecutiva.

Funções: efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa; interpretar e/ou traduzir em Língua Brasileira de Sinais/Português as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas no curso de Letras-LIBRAS e na UFPI, de forma a tornar viável o acesso aos conteúdos curriculares; traduzir/interpretar os conteúdos-base de cada disciplina a ser ministrada, desde que entregues previamente pelo professor responsável; atuar em processos seletivos do curso; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da Universidade; zelar pelo rigor técnico, pelos valores éticos inerentes à profissão e previstos na Lei nº 12.319/10, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.

Equipe de apoio tecnológico e de logística: tradutor e intérprete de LIBRAS e técnico-administrativos.

O Curso de Letras–LIBRAS contará, ainda, com 02 (dois) servidores Técnico-Administrativos que atuarão na coordenação do curso e 06 (seis) intérpretes de LIBRAS, conforme Ofício Nº. 121/2013 – CGRH/DIFES/SESu/MEC, de 17 de maio de 2013.

Funções: tem a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produzir material didático.

Estudante: estudante matriculado no curso.

Funções: estabelecer e manter uma postura autônoma, independente, que seja ativa em seu processo de aprendizagem; aprender a trabalhar em grupo e a ampliar o espírito de colaboração; manter interações ativas, envolvendo tanto o conteúdo do curso quanto a comunicação pessoal; participar plenamente na construção de uma aprendizagem colaborativa, construir significados socialmente, evidenciados pelo acordo ou pelo questionamento; compartilhar recursos com outros alunos; expressar apoio e estímulo trocados com outros alunos, além de vontade de avaliar criticamente o trabalho dos colegas.

4.12.8. Corpo Docente

O curso de Letras-LIBRAS conta, inicialmente, com 02 (dois) professores efetivos, docentes habilitados em Letras e com qualificação em LIBRAS, conforme Ofício No. 187/2013 – CGRH/DIFES/SESu/MEC, de 22 de maio de 2013, e 02 (dois) professores de LIBRAS com curso superior e especialização em LIBRAS e/ou ProLIBRAS, contratados por meio de concurso público. Estes últimos auxiliarão neste primeiro semestre, enquanto não são feitos os concursos para as vagas remanescentes de Letras-LIBRAS. Prevê-se para o ano de 2015 o preenchimento das 06 (seis) vagas, através de concursos, remoções internas e convocação de candidatos aprovados.

QUADRO DE DEMANDA DOCENTE – CURSO DE LETRAS/LIBRAS

	ÁREA	PERFIL	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
1	Libras	Letras e áreas afins/ Especialista em LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais I Língua Brasileira de Sinais II Língua Brasileira de Sinais III Língua Brasileira de Sinais IV Escrita de Sinais I Escrita de Sinais II	60h 60h 60h 60h 60h 60h
2	Libras	Letras e áreas afins/ Especialista em LIBRAS	Estudos Surdos I Introdução aos Estudos da Tradução Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I Estudos Surdos II (Optativa) Sinais Internacionais (Optativa) Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II (Optativa) LIBRAS Acadêmica (Optativa) Educação de Surdos e Novas Tecnologias (Optativa) Conversação Intercultural (Optativa) Corporalidade e Escrita (Optativa)	60h 60h 60h 60h 60h 60h 60h 60h 60h 60h 60h
3	Linguística Aplicada	Mestre ou Doutor em Linguística Aplicada com conhecimento em Libras	Linguística Aplicada I Metodologia do Ensino de Letras-LIBRAS Produção de Materiais Didáticos em Libras Linguística Aplicada II (Optativa)	60h 60h 60h 60h

4	Letras/Libras	Mestre ou Doutor em Letras com conhecimento em Libras	Leitura e Produção de Texto I Morfologia e Sintaxe da Libras Teorias de Aquisição de Linguagem	60h 90h 60h
5	Letras/Libras	Letras/ Mestre ou Doutor em Letras com conhecimento em Libras	Fon. e Fono. da LIBRAS Semântica e Pragmática Educação Bilíngue Ensino de Português como Língua Estrangeira (Optativa)	60h 60h 60h 60h
6	Linguística	Mestre ou Doutor em Linguística com conhecimento de Libras	Linguística I Análise de Discurso Sociolinguística Linguística II (Optativa)	60h 60h 45h 60h
7	Literatura	Mestre ou Doutor em Literatura com conhecimento de Libras	Introdução à Literatura Portuguesa Literatura Nacional II Literatura Nacional IV Literatura Surda Literatura Infanto-Juvenil (Optativa)	60h 60h 60h 60h 60h
8	Literatura	Mestre ou Doutor em Literatura com conhecimento de Libras	Teoria da Literatura I Literatura Nacional I Literatura Nacional III Literatura Piauiense (Optativa) Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa (Optativa)	60h 60h 60h 60h 60h

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 038/04, de 10 de março de 2004. *Altera a Resolução Nº 199/03 – CEPEX, acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 105/05, de 28 de junho. *Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. *Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.* Disponível em <<http://mec.gov.br>>, acesso em mar. de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº1, de 18 de fevereiro de 2002. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena.* Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cseesp/arquivos/pdf/rs1_2.pdf>, acesso em março de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 109/04, de 02 de julho de 2004. *Estabelece critérios gerais para aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para alunos que ingressaram até 2003.2 nos Cursos Regulares de Licenciatura Plena da UFPI.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 199/03, de 20 de novembro de 2003. *Estabelece as normas gerais do Estágio Curricular Supervisionado de Ensino e institui a sua duração e carga horária.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 177/12, de 5 de novembro de 2012. *Estabelece as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002. *Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.* Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, de 9 de abril de 2002: 34.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução UFPI Nº 115/05, de 28 de junho de 2005. *Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena – Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil Profissional da Educação formada da UFPI.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução UFPI Nº 226/06, de 30 de setembro de 2005. *Aprova Ementa, Carga Horária, Referência Bibliográfica e Pré-requisito de Disciplinas do DEFE/CCE, para os Cursos de Licenciatura da UFPI*

BRASIL, Presidência da República. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. *Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>, acesso em mar. de 2009.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>, acesso em mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.* Brasília, 2001. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>, acesso em set. de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.* Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>, acesso em set de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>, acesso em set de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010 – 2014/* Universidade Federal do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2010.